

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

GREICE PEREIRA DA SILVA

UM ESTUDO APROXIMADO SOBRE O TERCEIRO SETOR:

ABEPOM uma alternativa de assistência para os militares estaduais de Santa Catarina

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina.
Orientadora: Prof^a Ana Maria Baima Cartaxo

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 29/10/05

T.K.L.
Teresa Kleba Lisboa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

Florianópolis
2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

GREICE PEREIRA DA SILVA

UM ESTUDO APROXIMADO SOBRE O TERCEIRO SETOR:
ABEPOM uma alternativa de assistência para os militares estaduais de Santa Catarina

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina.
Orientadora: Prof^a Ana Maria Baima Cartaxo

Florianópolis
2005

GREICE PEREIRA DA SILVA

UM ESTUDO APROXIMADO SOBRE O TERCEIRO SETOR: A ABEPOM- uma alternativa de assistência para os Militares Estaduais de Santa Catarina

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel no curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do centro sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.



Rosana de Carvalho Martinelli
Professora do departamento de Serviço Social-UFSC
Presidente da banca



Cleci Elisa Albieiro
Professora do Departamento de Serviço Social-UFSC
1º Examinadora



Cléa Cristina Porto
Assistente Social da ABEPOM
2º Examinadora

FLORIANÓPOLIS, Junho, 2005.

Dedico este estudo as pessoas mais importantes da minha vida: os meus pais Carlos e Nelza, a minha filha Nicolly, aos meus irmãos Junior e Thamiris, e ao meu namorado Edilsom .

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pela vida e pela maravilhosa família que me concedeu.

Aos meus pais Carlos e Nelza, pelo incentivo, amor e a força que me fizeram sempre acreditar e seguir em frente. Vocês são os melhores pais do mundo, amo vocês.

A minha filha Nicolly, razão da minha vida, pela compreensão quando muito me fiz ausente, nas horas dedicadas ao estudo, nas quais ficava ao meu lado enquanto estudava e, muitas vezes, chegava a dormir. Amo você coração

Aos meus irmãos Junior, Thamires, e minha cunhada Roberta, pelo companheirismo e paciência em todos os momentos.

Ao meu namorado Edilsom, pela compreensão e por estar sempre ao meu lado, mostrando-se paciente nas horas difíceis.

A minha querida supervisora Clea, por sua dedicação e ajuda na elaboração deste, e que, com certeza, contribuirá muito para minha formação profissional.

À Professora Ana Maria Baima Cartaxo pela orientação e acompanhamento que ajudaram na realização deste.

As colegas de turma ao longo desses quatro anos, principalmente as amigas: Joana, Janaina Raupp, Janaina Pereira, Leticia, Margot, Magally e Patrícia. Valeu amigas.

À Presidência da ABEPOM pelo campo de estágio e pela alocação de recursos para a realização da pesquisa.

Ao assessor jurídico Ivo Pimentel Carione por sua contribuição na contextualização da Instituição.

Aos funcionários da ABEPOM, principalmente ao setor de informática, especialmente ao Sargento Juvêncio pela ajuda na tabulação dos dados e confecção dos gráficos deste estudo.

As estagiárias Patrícia Campos, Maria Carla Costa e Natália Fernandes, que auxiliaram na digitação da pesquisa.

A todos que participaram direta e indiretamente, incentivando-me a prosseguir.

SILVA, Greice Pereira da. **Um estudo aproximado sobre o terceiro setor: ABEPOM** uma alternativa de assistência para os militares estaduais de Santa Catarina. 2005. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a ABEPOM, uma instituição considerada do terceiro setor que vem executando funções que é de responsabilidade do Estado. Após concluirmos esta abordagem inicial, desenvolvemos uma pesquisa com os associados de todo o Estado de Santa Catarina. A pesquisa alcançou 8% dos associados, com vista a diagnosticar a importância da ABEPOM para os associados. Com a referida pesquisa foi possível confirmar que esta instituição é uma alternativa de assistência para os Policiais Militares de Santa Catarina, já que a partir da Reforma do Estado temos um estado mínimo nas questões sociais, implicando impacto nas políticas sociais, pois a partir da reforma do Estado estas tornaram-se : focalizadas, descentralizadas e privatizadas. O trabalho possui sugestões e críticas dos associados em relação a ABEPOM, o que pode auxiliar a instituição no aprimoramento dos serviços, na perspectiva dos associados como: empréstimo para aquisição de casa própria, convênios com universidades privadas e cursos técnicos, construção de uma área de lazer, mais divulgação dos serviços, realização de convênios no interior do estado. Ao final deste estudo algumas sugestões são encaminhadas e espera-se que auxiliem a instituição no melhoramento dos serviços como: uma política de amparo nos casos mais graves, uma maior divulgação dos serviços e outras.

Palavras-chave: Reforma do Estado. Terceiro Setor. ABEPOM.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - O associado é?.....	53
Gráfico 2 - Graduação.....	54
Gráfico 3 - Relação de gênero.....	55
Gráfico 4 - Situação conjugal.....	56
Gráfico 5 - Grau de instrução.....	57
Gráfico 6 - A satisfação dos associados da ABEPOM a respeito dos serviços oferecidos	58
Gráfico 7 - A importância da ABEPOM para os Policiais Militares.....	61
Gráfico 8 - Suporte do Estado.....	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Data de inauguração das Clinipons.....	47
Tabela 2 - Número de atendimentos no ano de 2004.....	48
Tabela 3 - Número de dependentes.....	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPOM	Associação Beneficente dos Policiais Estaduais Militares de Santa Catarina
AFI	Auxílio Financeiro Indenizável
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CLINIPOM	Clinica de Saúde dos Policiais Militares
DSPS	Diretoria de Saúde e Promoção Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUSAPS	Fundo de Saúde e Promoção Social
HPM	Hospital da Policia Militar
MARE	Ministério da Administração e da Reforma do Estado
ONG	Organizações não governamentais
OS	Organizações Sociais
OSCIP	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
OSFL	Organizações sem fins lucrativos

Uma verdade

De tudo ficaram três coisas:

a certeza de que estamos começando,

a certeza de que é preciso continuar,

e a certeza de que podemos ser interrompidas antes de terminar.

Façamos da interrupção um caminho

Da queda um paço de dança,

do medo uma escola,

do sonho uma ponte,

da procura um encontro.

Fernando Sabino

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	11
2 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E A REFORMA DO ESTADO NA DÉCADA DE 90	13
2.1 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS NO CENÁRIO MUNDIAL.....	13
2.2 A REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 90 E AS CONFIGURAÇÕES DA POLÍTICA SOCIAL.....	20
3 A ABEPOM: O TERCEIRO SETOR NO TRATO DA QUESTÃO SOCIAL	32
3.1 DEFININDO O TERCEIRO SETOR.....	32
3.2 CONHECENDO A INSTITUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS POLICIAIS MILITARES DE SANTA CATARINA (ABEPOM)	40
4 O SERVIÇO SOCIAL DA ABEPOM E A PERSPECTIVA DOS ASSOCIADOS	49
4.1 O SERVIÇO SOCIAL NA ABEPOM	49
4.2 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	51
4.2.1 Procedimentos metodológico.....	51
4.2.2 Perfil dos associados.....	52
4.2.3 A perspectiva dos associa dos perante ABEPOM.....	58
4.2.3.1 <i>Sugestões e Críticas dos Associados</i>	65
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	69
ANEXOS	72

1 APRESENTAÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso é produto dos nove meses de estágio junto à Associação Beneficente dos Policiais Estaduais Militares de Santa Catarina (ABEPOM). Trata-se de uma instituição caracterizada como terceiro setor, a qual proporcionou conhecer as demandas trazidas pelos associados e seus dependentes, bem como nas questões referentes à: saúde, economia, família, trabalho e acidente de trabalho.

O referido estudo teve como referência a seguinte questão: *identificar em que medida, na perspectiva dos associados, a ABEPOM substitui o papel do Estado perante os policiais militares de Santa Catarina.*

A monografia esta estruturada em três capítulos:

No primeiro capítulo são apresentadas as transformações societárias, na década de 90, decorrentes do ideário neoliberal, do processo de reestruturação produtiva, com ênfase no capital financeiro, que vem determinando a redução das funções do Estado, principalmente nas ações sociais, provocando um impacto nas políticas públicas à medida que transfere suas responsabilidades sociais para o terceiro setor e o mercado.

No segundo capítulo, aborda-se o terceiro setor, um tema teoricamente polêmico, pois trata da substituição do papel do Estado por essas organizações. Também neste mesmo capítulo contextualiza-se a ABEPOM, que é uma instituição desta categoria, que vem prestando serviços e benefícios junto aos policiais militares, bombeiros militares, pensionistas, os funcionários a disposição da Polícia Militar e os funcionários da ABEPOM.

No terceiro capítulo, aborda-se do Serviço Social da ABEPOM, e apresenta-se a análise da pesquisa exploratória realizada, junto aos associados. Por último, são apresentadas

as considerações finais, que sintetizam o tema abordado neste trabalho de conclusão de curso, bem como se encaminham sugestões .

Esse estudo possibilitou a análise da efetividade da ação da instituição no atendimento das necessidades dos associados e seus dependentes, identificando de forma mais concreta a importância do papel da ABEPOM. Também possibilitou identificar em que medida a ABEPOM substitui o papel do Estado, perante os Policiais Militares de Santa Catarina, diante de um Estado ausente nessa área de benefícios sociais e finalmente contribui através de propostas encaminhadas que vêm de encontro das reais necessidades dos associados para a implantação e implementação das atividades desenvolvidas pela ABEPOM.

2 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E A REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 90

2.1 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS NO CENÁRIO MUNDIAL

Segundo Paulo Netto (1996, p. 89) “é no curso da década de 70 que emergem, visivelmente as transformações societárias que vão marcar os anos 80 e 90, revelando inflexões significativas no envolver da sociedade capitalista”.

Esse mesmo autor considera que, entre 1974-1975, explodiu a primeira recessão generalizada da economia capitalista internacional desde a segunda guerra mundial, sendo importante frisar que houve uma queda na taxa média de lucro. Assim foi registrada uma profunda crise no modo de produção capitalista, na década de 70, provocando alterações significativas nos campos políticos, econômicos e sociais.

Esta crise assinalou o esgotamento do padrão capitalista monopolista, designado como fordista-keynesiano, e conforme Paulo Netto (1996, p 90) para responder este novo quadro:

[...] o capital monopolista se empenha, estrategicamente, numa complicada série de reajustes e reconversões que, deflagrando novas tensões e colisões, constrói a contextualidade em que surgem autênticas transformações societárias.

Teve-se como ponto de partida a reestruturação produtiva para o enfrentamento da crise nos meados da década de 70. Isto significou na esfera da produção um aumento nas taxas de lucro, via crescimento da produtividade do trabalho, intermediada pelo uso de novas tecnologias e de novas formas de consumo da força de trabalho, ou seja, em mudanças na organização e processo no mundo do trabalho. Assim os efeitos do processo de reestruturação ocorreram, principalmente, na área da microeletrônica, que revolucionou a produção de bens e

serviços. Essa reestruturação produtiva implicou, também, o processo de globalização. Como ressaltava Sposati (1999, p.61), “a sociedade capitalista encontrou na globalização um de seus mecanismos de reafirmação”.

Segundo Vieira (1997, p. 69), o “[...] termo globalização é visto como uma ideologia propagandeada pelo Banco Mundial e pelos países dominantes, para servir aos interesses das empresas transnacionais”. Conforme esta mesma autora, a globalização é compreendida principalmente em sua dimensão econômica de interligação mundial de mercados.

Para Kameyama (2001, p. 12), “[...] o processo de globalização ou mundialização do capital foi acelerado, sobretudo, graças ao extraordinário progresso tecnológico e à revolução na produção, na informação e na comunicação”.

Com esse desenvolvimento dos meios de comunicação e da informática, houve um redimensionamento nas noções de tempo e espaço. Segundo Vieira (1997, p. 71), “[...] em segundos, notícias dão a volta ao mundo, os capitais entram e saem de um país por transferências eletrônicas, novos produtos são fabricados ao mesmo tempo em vários países [...]”.

É possível ter a idéia de que a globalização aproximaria os países, os povos e permitiria maior igualdade, melhor qualidade de vida e mais justiça social. Mas como diz Sposati (1999) essa não é a globalização que está prevalecendo no mundo. Primeiro é preciso lembrar o G-8, o grupo dos sete países mais ricos do mundo que determinam o enquadramento dos países menores aos seus interesses. Outra entidade é o Fundo Monetário Internacional (FMI) que internacionaliza um dado modelo de gestão da economia de cada país, um modelo neoliberal que supõe a quebra do Estado-Nação, a quebra dos limites territoriais e soberania dos países.

Sob o ideário neoliberal, o Estado deve ser mínimo para o social e máximo para o capital. Complementando Kameyama (1999, p. 201) diz “[...] na medida em que se torna o promotor da competitividade e indutor da desregulamentação das relações de trabalho”.

Segundo Montaña (1999), a globalização é a era das mercadorias rapidamente em desuso (ex: computadores e softwares), de produtos descartáveis, (ex: vestuário, automóveis). Tudo isso obriga o consumidor a se desvencilhar do velho, para, constantemente, adquirir o novo, moderno, ou seja o que está na moda. Assim Faleiros (1999, p. 158) ressalta que:

As novas tecnologias de consumo doméstico ou individual, ao mesmo tempo em que aproximam as pessoas e firmas e intensificam a comunicação, também acentuam as desigualdades, favorecendo os que podem atualizar-se permanentemente com as máquinas mais poderosas e caras, diante da obsolescência programada dos aparelhos que perdem validade rapidamente. É o desuso do valor de uso.

As mudanças na organização do processo produtivo se dá pelo novo modo de produção. O modelo anterior fordista-taylorista, vigente até meados da década de 70, tinha como fundamento a organização da produção em massa. Devido à crise, para preservar-se e reproduzir-se, o capitalista monopolista contemporâneo, recorre a um modelo que é o regime de acumulação flexível, denominado toyotismo. Segundo Montaña (2003), este tende a redimensionar a fábrica e as relações de trabalho, articulando com uma rede de empresas subcontratadas. Essa mudança na organização do processo produtivo foi favorecida pelo avanço tecnológico. Iamamoto (2004, p.19) contribui com este pensamento, ressaltando que a flexibilidade “[...] afeta os processos de trabalho, as formas de gestão da força de trabalho e os direitos sociais e trabalhistas, os padrões de consumo [...]”

Assim, segundo Vieira (1997), estamos diante de uma nova revolução, por alguns autores chamada de terceira revolução industrial, fundada na microeletrônica, na informática e

nas telecomunicações, que desterritorializa o indivíduo, configurando um novo modo de vida, ou até mesmo a formação de uma nova sociedade.

Segundo Montañó (2003), por via da automação a indústria expulsa forças de trabalho, assim provocando o desemprego estrutural, aumentando o exército de reserva. Isso significa que reduzindo a demanda de trabalho, amplia-se a população sobrando para as necessidades médias do próprio capital, fazendo crescer a exclusão. Portanto, pode-se dizer que a revolução tecnológica ao mesmo tempo em que qualifica alguns ramos produtivos, desqualifica outros. Assim, profissões desapareceram com o avanço tecnológico, por exemplo, a profissão de datilógrafo.

Conforme Yamamoto (2005, p. 33), vive-se hoje a terceira revolução industrial, acompanhada de profundas transformações mundiais. Assim, “radicais mudanças tecnológicas provocaram a expulsão de uma grande parte da população trabalhadora de seus postos de trabalho [...]”, estes se tornando desempregados, considerados sobrando, desnecessários. São estoques de força de trabalho, ou seja, formam-se um exército de desempregados. Segundo esta mesma autora, essa é a raiz de uma nova pobreza, cuja força de trabalho não tem preço, porque não tem mais lugar no mercado de trabalho.

Yamamoto (2005) aponta que estudos mostram que há uma tendência no mercado de trabalho, no qual uma pequena parcela da população possui empregos estáveis com alta qualificação, com acesso a direitos trabalhistas e sociais, enquanto uma outra parcela da população (que se pode considerar em grande parte) possui trabalhos precários e temporários.

Ainda de acordo com esta mesma autora (2005, p. 18) é no “contexto da globalização mundial sobre a hegemonia do grande capital financeiro, que se testemunha a revolução técnica científica de base microeletrônica, instaurando novos padrões de produzir e

de gerir o trabalho”, que é a reestruturação produtiva. Segundo Dias (apud MOTA; AMARAL, 1998, p. 27), significa a “necessidade de resposta do capital às suas crises”.

Para Yamamoto (2005, p.18) “estes novos tempos reafirmam que a acumulação de capital não é parceira da equidade, não rima com igualdade, verificando o agravamento das múltiplas expressões da questão social”. Ainda Mota e Amaral (1998) ressaltam que a globalização é vista como um fenômeno econômico que deve ser combatido, pelas suas consequências nocivas para os países pobres ou em vias de desenvolvimento. Em seu rastro, já se percebe a tendência ao declínio do Estado nação, bem como a globalização da pobreza e do desemprego, que torna descartável a maior parte da humanidade. Boróm (1995) explora esta distância entre ricos e pobres, supondo que enquanto uns vivem em residências com sofisticados sistemas de vigilância, seus filhos freqüentando escolas de sua mesma classe, sendo atendidos nos melhores hospitais, outros (que podemos considerar a maior parte da população) ganham a vida vendendo doces e bugigangas nas ruas, limpando pára-brisas ou como trabalhadores ocasionais sem nenhuma especialização. E, ainda, não freqüentam escolas, nunca foram ao médico e vivem em barracos. Ressalta-se ainda que alguns se alimentam de lixo, são pessoas sobrevivendo sem as mínimas condições básicas como: saúde, moradia, alimentação, educação e etc.

Segundo Boróm (1995, p.106), “a grande burguesia dos países latino americano e as massas marginais que vivem abaixo da linha da pobreza pertencem a dois universos distintos: vivem economicamente, socialmente, culturalmente e ecologicamente separados”.

Assim, pode-se perceber, como aponta Sposati (1999) o que se está vivendo é a denominada globalização do capital que tem por fundamento os ideais neoliberais que transformam a sociedade em sociedade de risco. Rompem-se as garantias sociais, tendo como resultado o crescimento da exclusão social.

Por outro lado, o processo de reestruturação produtiva traz como consequência para a humanidade a flexibilização e desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais e também a redução da capacidade combativa dos sindicatos. Essa flexibilização nos processos e nas condições de trabalho se dão via: terceirização, precarização do trabalho e dos vínculos formais de trabalho, e a entrada do trabalhador polivalente, aquele que é chamado a exercer várias funções, deixando desse modo de ser um trabalhador especializado. Esse sistema de flexibilização do trabalho supõe a desmontagem dos direitos sociais, acarretando ainda o desemprego estrutural.

Segundo Mota e Amaral (1998, p. 29), essas mudanças determinam novas formas de domínio do capital sobre o trabalho, “[...]realizando uma verdadeira reforma intelectual e moral, visando a construção de uma outra cultura do trabalho e de uma nova racionalidade política e ética compatível com a sociabilidade requerida pelo atual projeto do capital”.

Podemos complementar com Paulo Netto (1996, p. 88), que:

[...] as transformações societárias, reconfigurando as necessidades sociais dadas e criando novas (Heller, 1978), ao metamorfosear a produção e a reprodução da sociedade, atingem diretamente a divisão sociotécnica do trabalho, envolvendo modificações em todos os seus níveis (parâmetros de conhecimento, modalidades de formação e de práticas, sistemas institucional-organizacionais etc..)

Dessa forma, pode-se perceber que a reestruturação produtiva no Brasil significa a redução de postos de trabalho, o desemprego dos trabalhadores e sua transformação em trabalho por conta própria, trabalho sem carteira assinada e trabalhos precários. Não esquecendo, também, de apontar o ingresso no mercado de trabalho de mulheres e crianças. Segundo Iamamoto (2005), o ingresso de crianças no mercado de trabalho se dá pelo desemprego do adulto, quando o pai está desempregado e a mãe já se encontra no mercado de trabalho, a criança é uma alternativa. Em Iamamoto (2005, p.39) encontramos uma frase

interessante dos sindicatos franceses que expõem o seguinte: “*Devolvam o emprego do meu pai, eu não quero trabalhar*”.

Outro ponto importante que deve ser ressaltado é que essa reestruturação no mundo do trabalho trouxe ao sindicalismo a incapacidade de enfrentar os enormes desafios postos na sociedade contemporânea. Complementando com Antunes (1996), os sindicatos não têm conseguido impedir a perda dos direitos sociais e nem mesmo têm conseguido preservar o emprego. Simionatto (2004) complementa que o trabalhador se encontra despolitizado, principalmente através da “ideologia do medo”, pelo fechamento de inúmeros postos de trabalho. Ou seja, com o medo de ficar sem trabalho e de não honrar os compromissos do dia-a-dia, medo de ver a família passando fome, pois os homens têm necessidades a satisfazer por meio do trabalho. Dessa maneira enfraquece ou até mesmo impede a reivindicação dos trabalhadores por melhores condições, fazendo com que se conformem com o barateamento da mão-de-obra e com as condições precárias de trabalho.

Antunes complementa (1996, p. 83):

[...] os desafios são enormes para o movimento sindical e isto está relacionado com essa crise que afetou o mundo do trabalho e repercutiu no universo da sua consciência sindical, na consciência política dos trabalhadores.

Outra estratégia do capital para sair da crise foi dar ênfase ao capital financeiro. Segundo Kameyama (1997, p 12) “a partir de 1980, a produção industrial (que cria riqueza, a partir da combinação de formas de trabalho humano-trabalho coletivo) foi sendo substituída por novas formas de valorização, em que o comando passa para esfera financeira”. O capital financeiro representa a valorização do capital dinheiro sem passar pela esfera da produção de mercadorias. A rejeição pelo investimento produtivo e a corrida avassaladora atrás do lucro seguro são os traços do capital financeiro (ações, moedas, títulos públicos).

Ao lado dessas transformações, outra estratégia do capital diz respeito às mudanças sócio-políticas institucionais que acarretam mudanças no papel e gestão do Estado, significando impacto nas políticas sociais, as quais serão abordadas no item que se segue.

2.2 REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 90 E AS CONFIGURAÇÕES DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Pode-se dizer que essas mudanças nas últimas duas décadas, ressaltadas anteriormente, romperam, segundo Azevedo e Amaral, (1997, p. 57), as “amarras regulatórias tradicionais do Estado”. Isto porque modernizar o Estado e transformá-lo foram as metas seguidas pelos diferentes governos brasileiros, a partir da década de 90, com orientações dos organismos internacionais: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e outros, recomendando a restrição do Estado, principalmente na área social.

Segundo Mello (1999), somente pode-se falar em Reforma do Estado quando ocorrem transformações estruturais no modelo de proteção, ou seja, quando ocorre mudança na forma de produção e oferta dos bens públicos.

O bem público, segundo Azevedo (1997), de uma forma restrita seria as garantias individuais, os direitos civis e políticos e as atividades econômicas entre outros. E, de uma forma ampliada, engloba, além dos direitos anteriores, os direitos sociais, ou seja, os bens e os serviços que a sociedade define como direito do cidadão, por exemplo: saúde, educação, saneamento etc.

Tomando como base este parâmetro, segundo Mello (1999), no século passado no Brasil tivemos três momentos em que ocorreram Reformas do Estado:

- A primeira grande reforma inicia-se no primeiro período Getulista em 1930, com a estruturação das bases do chamado Estado nacional desenvolvimentista, onde é emblemática em nível econômico a disposição de maior participação direta do Estado nas chamadas indústrias de base, como forma de incentivar a modernização do país.
- O segundo momento de reforma ocorre no regime militar, instalado em 1964, que ampliou e possibilitou maior eficiência da chamada administração indireta (autarquias, fundações, empresas estatais e de economia mista). Mas sob a égide de um Estado autoritário que suprimiu os direitos democráticos durante vinte anos.
- A terceira reforma inicia-se na década de 90, em nível econômico com a abertura significativa do mercado, no período Collor e Itamar e as primeiras privatizações de empresas governamentais. Posteriormente, esse processo se concretizou com o governo de Fernando Henrique Cardoso, que levou à flexibilização do monopólio do petróleo, à privatização dos portos, à venda das companhias telefônicas e de algumas companhias elétricas de controle federal.

É importante salientar que para muitos autores a Reforma do Estado se dá a partir da gestão do presidente Fernando Collor e se consagra na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Nesta mesma linha, Azevedo e Andrade (1997) dizem que a Reforma do Estado foi gerada na gestão Collor, mas o próprio impeachment deste, retirou a Reforma do Estado do lugar que ocupava na pauta política da época.

No governo Itamar, a questão é tratada com mais sensibilidade, tentando dissociar-se das diretrizes políticas de seu antecessor.

Com a administração do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998, 1999-2002) o tema da Reforma do Estado adquire centralidade quando é encaminhado ao Congresso Nacional projeto de reforma constitucional para viabilizar as transformações que se almejam implementar na estrutura e gestão do setor público.

Para Montaño (2003, p. 29), “o projeto de Reforma do Estado, orientado pelos postulados neoliberais, no Brasil, se deu a partir do Consenso de Washington e nas intervenções do ex-ministro Bresser Pereira”. Este Consenso foi uma reunião em 1989, entre os funcionários do governo do EUA, dos organismos internacionais e economistas latino-americanos que discutiram um conjunto de reformas essenciais para que a América Latina superasse a crise econômica e retomasse o caminho do crescimento. É importante frisar, que a redução do Estado, traduzido pelo ajuste fiscal, orientado pelo Consenso, é uma política para poder atender ao pagamento dos juros da dívida externa, em detrimento do bem estar da população, tornando o sistema de proteção social do país cada vez mais precário.

As recomendações dessa reunião abrangeram as seguintes áreas: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, investimento direto estrangeiro, privatização, desregulamentação e Reforma do Estado.

No início do governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, o então Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira, elaborou o Plano Diretor da Reforma do Estado, que foi aprovado pela Câmara da Reforma do Estado, vinculado ao conselho do governo da Presidência da República. De acordo com esse Plano, em razão do modelo de desenvolvimento que foi adotado pelos governos anteriores da década de 90, o Estado desviou-se de suas funções básicas para ampliar sua presença no setor produtivo, tendo acarretado, além da gradual deterioração dos serviços públicos o

agravamento da crise fiscal e, por conseqüência, a inflação. Neste sentido, a Reforma do Estado passou a ser instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia. Somente assim conforme este plano, seria possível promover a correção das desigualdades sociais e regionais.

Segundo esse mesmo Plano Diretor (BRASIL, 1996, p.13), há uma crise fiscal no Estado a qual é definida como: “(1) crise fiscal, caracterizada pela crescente perda de crédito por parte do Estado e pela poupança pública que se torna negativa; 2) o esgotamento da estratégia estatizante de intervenção do Estado; 3) a superação da força de administrar o Estado”.

É importante ressaltar que para Montaño (2003, p. 216) a crise do Estado está relacionada com o:

[...] uso político e econômico que as autoridades, representantes de classe, têm historicamente feito em favor do capital (e até em proveito próprio): pagamento da dívida pública (interna e externa), renúncia fiscal, hiperfaturamento de obras, resgate de empresas falidas, corrupção, compras superavaliadas e sem licitação [...]

No referido Plano Diretor, a Reforma do Estado surge como uma resposta para superação da crise, com a idéia de reconstruir o Estado, de forma a resgatar sua autonomia financeira e sua capacidade de implementar políticas públicas. Nesse sentido para este plano diretor são consideradas inadiáveis:

1) o ajustamento fiscal duradouro; 2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem condições para o enfrentamento da competição internacional; 3) a reforma da previdência social; 4) a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para serviços sociais; e 5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua “governança”, ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas (BRASIL, 1996, p. 14).

O Plano Diretor contempla também o programa de privatização, que segundo Bresser Pereira é uma alavanca para restaurar os fundos públicos.

Montaño (2003) considera que para o ex-ministro Bresser Pereira um dos problemas do Estado é a falta de governança e a inoperância do Estado em face da burocratização da Constituição de 1988, (sendo importante ressaltar que esta foi desenvolvida num longo processo de luta por parte dos trabalhadores, resultando nos maiores avanços sociais e políticos atingidos no país). No entanto, as políticas sociais universais (garantia Constitucional) são acusadas pelos neoliberais de propiciarem o esvaziamento dos fundos públicos, consideradas gastos que não tem retorno e é estendido a toda população. Por isso, para Bresser a Constituição é um retrocesso burocrático, promovendo um engessamento do Estado. Segundo o Plano Diretor:

O Congresso Constituinte promoveu um surpreendente engessamento do aparelho estatal, ao estender para os serviços do Estado e para as próprias empresas estatais praticamente as mesmas regras burocráticas rígidas adotadas no núcleo estratégico do Estado. A nova constituição determinou a perda da autonomia do Poder Executivo para tratar da estruturação dos órgãos públicos, instituiu a obrigatoriedade de regime jurídico (BRASIL, 1996, p. 25).

Montaño (2003) ressalta que para Bresser, o Estado tornar-se-ia eficiente, quando este seguisse o caminho da publicização, isto é, a transferência de questões públicas da responsabilidade estatal para o chamado terceiro setor (questão que será abordada no próximo capítulo). E para que isto ocorra, segundo Batista (1999 p. 74), “o Plano Diretor preocupado em fortalecer estrategicamente o Estado, preocupou-se em delimitar, com clareza, funções do Estado, conceituando suas áreas de atuação”. Estas se referem aos seguintes núcleos:

- Núcleo Estratégico: formado pelo poder Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público. No interior do Poder Executivo, além das atividades que são

inerentes a este poder, incluíram-se as secretarias formuladoras de políticas públicas, as agências executivas e as agências reguladoras.

- Núcleo de Atividades Exclusivas: o poder de regulamentar, fiscalizar e fomentar.
- Núcleo de Serviços Não Exclusivos: as universidades, hospitais, centro de pesquisas, museus, creches, ambulatórios, entidades de assistência aos carentes, e outros.

Delimitada estas áreas de abrangência da esfera estatal, a Reforma do Estado passou a ser executada. O governo, junto com diferentes instâncias dos núcleos estratégicos, principalmente do Poder Legislativo e do Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE), pautados pelos princípios que fundamentam a administração pública, elaborou e encaminhou aos órgãos competentes (Câmara dos Deputados e Senado Federal), os quais aprovaram: a reforma administrativa em 04/05/1998; a reforma previdenciária em 15/12/1998; a implementação de programas de privatização e o programa de publicização.

A reforma administrativa tocou diretamente na estrutura funcional dos servidores públicos como: perda de estabilidade funcional, desregulamentou o plano de cargos e salários, reduziu o quadro de servidores estatutários. Na reforma da previdência, em síntese, houve mudança na redução e extinção dos direitos sociais.

Conforme Batista (1999 p. 74) “com a criação do Núcleo de Serviços Não-Exclusivos foi necessário que o governo alterasse a legislação que regulamentava as formas de propriedade do país”. Segundo este mesmo autor, além da propriedade pública e da propriedade privada, criou-se uma terceira forma: a propriedade pública não estatal que seria o terceiro setor, abrindo a possibilidade para criação e efetivação da parceria entre o Estado e a sociedade civil. Ou seja, transferindo a responsabilidade estatal para a sociedade civil. Pois

segundo este mesmo autor a criação do Núcleo Não-Exclusivo era o espaço necessário para legalizar e estruturar o denominado terceiro setor.

Assim, após esta alteração, foi possível perceber a expansão das entidades chamadas sem fins lucrativos. Estas representando um novo padrão de resposta para a questão social, com perdas de direitos e de garantias no atendimento de qualidade, no que tange as políticas sociais. Assim, segundo Yazbek (2004, p. 37).

As propostas neoliberais, em relação ao papel do Estado quanto à questão social, são propostas reducionistas que esvaziam e descaracterizam os mecanismos institucionalizados de proteção social. São propostas fundadas numa visão de política social apenas para complementar o que não se conseguiu via mercado, família ou comunidade.

Pode-se dizer, segundo Batista (1999, p. 84) que a reforma do Estado no governo do Presidente Fernando Henrique foi um “projeto que coloca em prática a vontade do capital, através dos acordos assinados com o FMI e BID, [...]”. Pois estes impuseram a Reforma do Estado em detrimento ao bem estar da população. Este enxugamento do Estado trouxe a redução ou eliminação da intervenção social e conseqüentemente a redução de direitos sociais.

Portanto, corroborando com Kameyama (1999, p. 10), “o enfrentamento das seqüelas da questão social não é prioridade para o governo, que prioriza a efetivação do Plano de ajuste fiscal”.

Nesse processo de Reforma do Estado, há uma transferência das responsabilidades públicas para o terceiro setor, ou seja, uma transferência para comunidade, família, associações não governamentais e outros. Esta mesma autora (2001, p 28) considera que “o terceiro setor se destaca entre as propostas para o redirecionamento das políticas públicas”.

Montaño (2003) critica este redirecionamento das políticas públicas, considerando o terceiro setor um produto da reestruturação do capital, pautado nos princípios neoliberais, que determina um nova modalidade de resposta às múltiplas expressões da questão social,

como os valores da solidariedade local, da auto-ajuda e da ajuda mútua. Isto é o que Behring (2003) considera uma contra Reforma do Estado, pois este retorno à família e às organizações sem fins lucrativos, de uma responsabilidade que é do Estado é o que se configura como um verdadeiro retrocesso histórico.

Trata-se do que Yazbek (1993) denomina de refilantropização da assistência social que implica uma volta ao passado. Sendo refilantropização, segundo Kameyama (1999, p.202) “[...] volta ou retorno à noção de filantropia, enquanto contraponto moderno e humanista da caridade religiosa que enfatiza o aspecto da doação de si para outro”.

Desse modo, a Reforma do Estado, orientada pelos princípios neoliberais, representa uma minimização do mesmo, principalmente na área social, onde amplos segmentos da população são precariamente atendidos ou totalmente desassistido pelo poder público, afetando a condição de vida da população usuária dos serviços sociais. Ou seja, uma des-responsabilização de sua intervenção com relação as resposta às múltiplas expressões da questão social.

Portanto, pode-se perceber que, embora os direitos sociais sejam universais por determinação constitucional, vão sendo cada vez mais afetado pelo corte nos gastos sociais.

Segundo Montaña (2003), para cobrir as lacunas na Previdência e serviços sociais com esse Estado minimizado, parte das respostas à questão social são privatizadas e transferidas para o mercado (quando lucrativas) e para o terceiro setor (quando deficitárias).

Assim, a privatização da seguridade e das políticas sociais, para Montaña (2003), segue dois caminhos:

- re-mercantilização dos serviços sociais: estes quando lucrativos são passados para o mercado e vendido para o consumidor, é o caso da saúde e do ensino superior; e

- refilantropização das respostas à questão social: quando não lucrativas são transferidas para órbita da sociedade civil, como é o caso da assistência social.

Dessa forma, afirma Montañó (2003), o novo trato da questão social, no ideário neoliberal, deve ser dual. Por um lado, tem de atender com serviços de qualidade à população com capacidade de adquirir os serviços do mercado. Por outro lado, deve intervir por meio do Estado ou entidades filantrópicas, prestando precários e momentâneos serviços à população carente que não pode adquirir no mercado.

Pode-se confirmar com Simionatto (2004) que os fundamentos da Reforma do Estado indicam a mercantilização dos direitos sociais e não a sua defesa, pois grande parcela da população fica desprotegida pela ação estatal.

Corroborando com Kameyama (1999, p. 10):

A proposta neoliberal de estado mínimo para o social, configura um fenômeno de privatização das políticas sociais, na medida em que o governo transfere para as instituições da sociedade civil a responsabilidade de solucionar ou amenizar os impactos da velha e da nova questão social.

As principais características das políticas sociais, a partir da Reforma do Estado para Montañó (1999) são:

- **Focalização:** reorientação dos gastos de modo a tender o previsível empobrecimento da população, os investimentos em serviços públicos devem concentrar-se na extrema pobreza, por meio de uma rigorosa seletividade. Ou seja, contra o princípio universalista das políticas sociais.
- **Descentralização:** busca redirecionar as formas de gestão e a transferência das decisões da esfera federal para estados e municípios. Em nível local, inclui a participação das organizações não governamentais, filantrópicas, ou seja, expansão do terceiro setor. Segundo Kameyama (2001, p. 16), “[...] o cerne das estratégias de descentralização do

sistema de proteção adotadas pelos governos Collor e FHC é privilegiar o ajuste fiscal, transferindo para estados e principalmente municípios, atribuições no financiamento de programas sociais”.

- **Privatização:** pressupõe o deslocamento da produção de bens e serviços da esfera pública para o setor privado lucrativo.

O Estado brasileiro para Yazbek (2004, p.37) hoje é um “Estado no qual as questões relativas à pobreza e à questão social são alvo de uma ação estatal irregular e tímida, apenas suficiente para minimizar as conseqüências negativas dos programas de ajuste estrutural”.

Pode-se afirmar, dessa maneira com Montañó (2003, p.195), quando ressalta que pouco ou nada se pode esperar das soluções do projeto neoliberal.

Esse trato passageiro e emergencial das refrações da questão social, apenas não resolve os problemas, mas, por não atuar nos fundamentos da questão e por não dar respostas mais estáveis e abrangentes, confirma a perpetua a dependência dos setores carentes por este tipo de resposta, consolida as desigualdades sociais preexistentes, elimina a política social como direito do cidadão e até fomenta o clientelismo.

Na atual conjuntura, prevalece o trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas públicas, qual seja: privatização, focalização e a descentralização. As ações assistenciais passam a ser medidas sócio-emergenciais, ou seja, apenas aliviando a pobreza, portanto, não dando conta dos problemas sociais, apenas amenizando.

Simionatto (2004, p. 22) ainda complementa que “as regras do ajuste econômico, expressão das políticas neoliberais, vêm promovendo a morte pública do Estado”. Pois os procedimentos estão voltados para um dismantelamento da esfera pública, mediante a privatização dos bens e serviços, sob o discurso da necessidade de reduzir o déficit público.

Nos países de capitalismo periférico, onde o Estado de bem estar não chegou a ser constituído, como é o caso do Brasil, que segundo Oliveira (apud IAMAMOTO, 2001) é considerado um Estado de mal estar social, as políticas sociais universais, como Previdência, Assistência, Educação Básica, sofreram perdas irreparáveis, agravando as condições sociais da população brasileira (fome, miséria) e assim aumentando as diferenças sociais. Tornando mais presente os extremos entre riqueza e a pobreza, portanto pode-se dizer que a Reforma do Estado coloca desafios à consolidação democrática.

Dessa forma pode-se afirmar que a tendência geral é a redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal. Percebe-se que a proposta da Reforma do Estado, ou (até mesmo uma falsa proposta) não concretizou o direito e a cidadania, propostos na sua ideologia. O que está ocorrendo, atualmente, com as políticas públicas é uma perda de direitos, ao invés de ser uma garantia universal de padrões mínimos de vida. Deveria, segundo Abranches (1987, p. 15), ser “[...] uma política de redução da pobreza, que objetiva retirar da condição de miséria aqueles que sequer conseguiram alcançar esse episódio básico”. Ou seja, o que se vem observando nos últimos anos é uma des-responsabilização Estatal na execução direta das políticas públicas, pois se presencia a destruição dos serviços sociais públicos, criando-se um imenso contingente de pessoas desesperadas e desesperançadas, vivendo na extrema miséria, sentido-se excluídas e injustiçadas, tendo como conseqüência a abertura de portas para o crescimento dos diferentes tipos de violência. Entendendo, no entanto, que a violência não é gerada somente pelos segmentos vulneráveis, mas também pela elite que a compõe.

Montaño (1999, p. 71) salienta que na “[...] passagem das políticas estatais para o terceiro setor desenvolve-se um verdadeiro processo de esvaziamento da dimensão de conquista e de direito das políticas sociais [...]”, pois o que é de direito passa a ser favor, assim perdendo a condição de direito e cidadania. Segundo o mesmo autor (1999, p. 72):

É claro que deve haver uma crescente e ativa participação da sociedade civil, porém sem que isto signifique uma substituição da responsabilidade estatal com a questão social, sob os princípios de universalização, distributivismo e incondicionalidade das políticas sociais, consideradas como direitos de cidadania, o que configura a preservação de verdadeiras conquistas históricas obtidas pelas classes trabalhistas.

Todavia, percebe-se que a Reforma do Estado causa ruptura na noção de responsabilidade pública, ou seja, também supõe a quebra da universalidade da cidadania conquistada na Constituição de 1988.

Então, conclui-se que sob a influência do neoliberalismo o Estado tende a retrair-se no cumprimento dos seus deveres sociais. Nesta retração do Estado, o setor privado começou a atuar na questão social, através das instituições que compõem o terceiro setor, assunto do próximo capítulo.

3 A ABEPOM: O TERCEIRO SETOR NO TRATO DA QUESTÃO SOCIAL

3.1 DEFININDO O TERCEIRO SETOR

O terceiro setor é um tema polêmico que envolve autores que têm uma visão positiva e outros com uma visão totalmente crítica com relação a este setor. Este estudo seguirá uma linha crítica a respeito do terceiro setor.

Para Fernandes (1997 apud PANCERI, 2001) “o terceiro setor é uma expressão pouco utilizada no Brasil. Este termo foi utilizado pela primeira vez nos EUA, na década de 70, e a partir de 80 passou a ser utilizado na Europa”. No Brasil e na América Latina, é mais utilizado o termo organizações da sociedade civil. Segundo Menegasso (2002), o terceiro setor, no Brasil, adquire maior visibilidade na mídia e no espaço político a partir dos anos 90.

Figueiró (1997) salienta que é de suma importância a análise acerca das ONGs, na qual pode-se identificar o papel destas como constituintes das idéias sobre o surgimento de um terceiro setor no Brasil.

Pois segundo Gohn (apud FIGUEIRÓ, 1997, p.77):

[...] a forma militante das Ongs nas décadas de 70 e 80 contribuíram sobremaneira para a reconstrução do conceito de sociedade civil, criando um novo campo ético-político e cultural por meio de ações coletivas desenvolvidas em espaços alternativos de expressão da cidadania.

Figueiró (1997) refere-se ao terceiro setor como o novo associativismo, conferindo um novo sentido a prática coletiva, nos anos 90, trazendo a diferença da organização da sociedade civil dos anos 70 e 80, para os anos 90. Segundo esta mesma autora (1997, p. 74), até a década de 80,

[...] as ações da sociedade civil foram orientadas pela idéia de valorização das práticas coletivas e da construção de um novo projeto de cidadania, baseada

na defesa dos direitos sociais. Tais características, que marcaram o sentido político das ações coletivas nas décadas de 70 e 80, foram sendo, nos últimos dez anos, substituídas por ações com características bastante diferenciadas daquelas encontradas nas ações coletivas experimentadas por movimentos sociais e demais atores da sociedade civil.

Isto porque as práticas coletivas, das décadas de 70 e 80, eram de confronto com o poder público e de pressão sobre o aparelho do Estado por melhores condições de vida. Nos anos 90, a partir da Reforma do Estado, as organizações não se colocam contra este, mas sim buscam parcerias, complementando os serviços públicos estatais e não exigindo os direitos postos na Constituição Federal de 1988.

Mas afinal o que é o terceiro setor? o terceiro setor caracteriza um fenômeno que envolve um número significativo de organizações e instituições: organizações não governamentais (ONG), organizações sem fins lucrativos (OSFL), instituições filantrópicas, empresas cidadãs, sujeitos voluntários e outros. Essas organizações são denominadas organizações do terceiro setor, pois não pertencem ao aparelho do Estado e nem ao conjunto de empresas privadas e demais instituições que compõem a economia de mercado. Assim, é denominado terceiro setor, pois o Estado é considerado o primeiro setor (ou seja, este é constituído pelas atividades do governo, envolvendo os poderes executivo, legislativo e judiciário, assim como o ministério público) e o mercado é o segundo setor (ou seja, o setor produtivo de todo país).

Coelho (apud PANCERI, 2001, p.126) “define o terceiro setor como aquele em que as atividades não seriam nem coercitivas nem voltadas para o lucro, porém visam ao atendimento de necessidades coletivas, e muitas vezes públicas”.

Segundo Panceri (2001, p.117), “no Brasil o terceiro setor, apresenta uma fragilidade conceitual e a ausência de uma terminologia própria”. Pois as organizações do

terceiro setor são chamadas de entidades sem fins lucrativos ou organização não-governamental, organizações da sociedade civil, etc. No entanto, cumpre destacar que, para fins legais, as organizações do terceiro setor são denominadas entidades sem fins lucrativos, sendo registradas com esta denominação.

Devido a tantas denominações, Coelho (apud PANCERI, 2001) surpreende-se com a quantidade de denominações diferentes para este tipo de organização e considera que as organizações do terceiro setor são, basicamente, novas combinações de caridade, filantropia e ação social.

Nos últimos anos, desenvolveu-se no Brasil uma legislação que tem ajudado a criação e operação de certas entidades privadas de interesse público, não-governamentais e sem fins lucrativos, sendo resultado e justificativa para o processo neoliberal de desresponsabilização do Estado, ou seja, abriram as portas para a expansão das entidades do terceiro setor.

Segundo Salm (2002), foi no início do século XIX que surgiu a primeira entidade não qualificada como pública ou empresa privada. Assim, Menegasso (2002, p.111) lembra “que as organizações sem fins lucrativos no Brasil, em 1916, foram reconhecidas juridicamente no Código Civil Brasileiro (lei nº 3.107, de janeiro de 1916) no artigo 16”.

Mas foi na década de 90, mais precisamente com a Reforma do Estado, que o tema adquiriu maior visibilidade e foi constituído o chamado Marco Legal do Terceiro Setor.

Em 1998 foi criada a lei 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário, considerado como atividade não remunerada, prestada por pessoa física à entidade pública. O serviço voluntário não gera, segundo a lei, vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista e previdenciária.

Também em 1998, foi criada a lei 9.637, de 15 de maio de 1998, que qualifica como Organizações Sociais (OS) pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura, à saúde. A lei articulada pelo ex-ministro Bresser Pereira promove uma verdadeira transferência de atividades estatais para o setor privado.

Recentemente, foi criada a lei 9.790/99, que cria as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e o termo de parceria. Esta lei é vista como a reforma do marco legal do terceiro setor, ou seja, segundo Franco (2002, p. 61) “[...] é um conjunto de leis e normas que regulam as relações entre Estado e as organizações da sociedade civil”.

Conforme este mesmo autor (2002, p. 61) “[...] o marco legal do terceiro setor foi orientado, para criar condições para a emergência de novos atores sociais públicos para o desenvolvimento e fortalecimento de uma esfera pública não estatal”. Ou seja, contribuindo para a expansão do terceiro setor.

Assim, pode-se afirmar como Montaño (1999, p. 66) que “o processo de aumento da participação da sociedade no tratamento das seqüelas da questão social é considerada pela intelectualidade especialista como o fundamento da expansão do terceiro setor”.

Outro fato que contribui para o aumento do terceiro setor é, segundo Panceri (2001), o desenvolvimento rápido e crescente das fundações e institutos de origem empresarial, dedicadas a uma ação social. Esta expansão se dá pela isenção fiscal, ou seja, o Estado incentiva a participação das empresas e também pelo marketing social da empresa, pois qualidade, preço e marketing inteligente deixaram de ser diferenciais. Hoje a filantropia empresarial é de uma extraordinária vantagem competitiva no mercado, pois atrai clientes devido à boa imagem da empresa.

Devido à expansão das organizações do terceiro setor, segundo Gohn (1998, p.16), este vem sendo caracterizado como uma área estratégica da economia, pois “além de atuar na área da economia informal e gerenciar milhares de empregos, ele também começa a se fazer presente na economia formal, por meio de cooperativas de produção [...]”.

Um fato que Simionatto (2004 p.25) levanta sobre o terceiro setor é que, “além de constituir-se numa alternativa ao Estado na oferta de bens e serviços, apresenta-se como espaço de assimilação da parcela de mão-de-obra expulsa do mercado formal de trabalho”. Mas, contrariamente, Menegasso (2002) lembra que este setor até aqui, não foi e não será suficientemente capaz de absorver a demanda excluída e reprimida no mercado de trabalho. É possível perceber isto pelo número altíssimo de desempregados existentes na sociedade brasileira.

Ladim (apud PANCERI, 2001) ressalta três subconjuntos principais na cena contemporânea brasileira, na qual estão situadas as organizações do terceiro setor:

- a) as organizações do tipo beneficente, filantrópico ou assistencial;
- b) as ONGs, que atuam no ideário da cidadania;
- c) fundações e institutos doadores de recursos.

Segundo este mesmo autor, as organizações assistenciais são mais numerosas e se dedicam a setores vulneráveis, sendo importantes na estratégia de sobrevivência de camadas da população, ameaçadas pela pobreza e exclusão social.

Salamon e Drucker (apud PANCERI, 2001, p. 127) são autores que trazem uma visão positiva do terceiro setor, dizendo que, “o terceiro setor é a maior inovação social do século XXI e tende a crescer, a fim de resolver os problemas sociais gerados pelo mercado capitalista e que o Estado não consegue solucionar”.

Nesta mesma linha de pensamento, Panceri (2001) considera que a tendência do terceiro setor é crescer em tamanho, em conhecimento, em profissionalização, em visibilidade, em credibilidade e, principalmente, em número de pessoas atendidas, aumentando sua qualidade de vida. Mudanças sociais são necessárias e o terceiro setor deve se tornar um instrumento dessa mudança.

Ainda nesta mesma linha de pensamento, Nascimento (apud PANCERI, 2001, p. 118), considera que:

A denominação terceiro setor busca traduzir um novo quadro de relações de diferentes atores autônomos frente ao Estado, realizando ações de interesse público. Diferente do conceito de filantropia e de ações caritativas, marcado pelo assistencialismo, ou do conceito de movimentos sociais ou ONGs marcadamente identificado com pauta da esquerda, o terceiro setor busca ser reconhecido como mais um setor dinâmico da sociedade, prestador de serviços, com vistas a encontrar soluções efetivas aos problemas sociais. Busca construir sua identidade como um conjunto de organizações que atuam no desenvolvimento social, no resgate da cidadania e no estabelecimento de relações éticas em todas as atividades humanas. Os indivíduos que atuam neste setor buscam ser reconhecido como profissionais superando o voluntarismo da filantropia tradicional ou a militância revolucionária.

Menegasso (2002) já começa a mudar esta visão, dizendo que a partir da ideologia neoliberal, surge o modelo de Estado mínimo, trazendo como consequência a transferência, via privatização de muitas atividades do Estado. Ressalta que este modelo aumenta as diferenças sociais. Esta mesma autora (2002, p.112) salienta também que:

O expansionismo de muitas organizações do terceiro setor deve ser creditado à necessidade absoluta de se preencher o vazio deixado pelos setores públicos e privados na execução de políticas sociais e de produção do bem público. É importante ressaltar que as ações desenvolvidas por estas organizações não substituem a ação estatal, mas pode ser articuladas na perspectiva de redes na co-produção dos serviços sociais e na execução de políticas públicas.

Já Montaño (2003) numa perspectiva crítica, salienta que o verdadeiro fenômeno escondido atrás das ações desenvolvidas pelo terceiro setor é a configuração de uma nova

modalidade de trato das expressões da questão social, revertendo qualquer ganho histórico dos trabalhadores nos seus direitos de cidadania. Assim, esse mesmo autor (1999, p. 72) ressalta que as ações das organizações do terceiro setor “desenvolveu um verdadeiro processo de esvaziamento da dimensão de conquista e de direitos das políticas sociais, encobrando estas com o manto sagrado da concessão”, ou seja, como um favor, fazendo com que cada grupo que apresenta uma necessidade ou carência particular tenha que se auto-responsabilizar pela sua situação, ou seja que o indivíduo sobreviva com seus recursos, sem a proteção social pública. Segundo Montaño (1999) esta é a grande finalidade do projeto neoliberal, a responsabilização dos indivíduos pela sua situação, o mesmo autor complementa que esse fenômeno de auto – responsabilização dos usuários é um processo de des-responsabilização estatal com as expressões da questão social.

Para Montaño (2003), o terceiro setor é parte do projeto neoliberal que, por um lado, reduz o papel do Estado na intervenção social, e por outro lado, cria uma demanda lucrativa para os serviços privados e também estimula a ação voluntária e filantrópica de um terceiro setor.

Outra crítica levantada por Montaño (2003, p. 199) é de que “[...] em geral as organizações do chamado terceiro setor não têm condições de autofinanciamento e dependem particularmente da transferência de fundos públicos para seu funcionamento mínimo”.

Assim, o Estado desenvolve diversas modalidades de cooperação e financiamento, entre elas: auxílios e contribuições; subvenções sociais; convênios, acordos e ajustes; contratos de gestão; termos de parceria; e isenção de impostos.

Nesta parceria do Estado com a sociedade civil, o Estado fornece a essas organizações isenção fiscal, facilidades legais, destinam recursos financeiros, materiais e humanos etc. Montaño (2003) acredita que o expansionismo das organizações deveu-se ao

campo vazio deixado pelo Estado perante as políticas sociais e a este estímulo financeiro, mediante as parcerias.

Montaño (2003) alerta ainda, sobre a função ideológica das parcerias do Estado com a sociedade civil, que não é de compensar a saída do Estado de sua responsabilidade, mas de encobrir e gerar aceitação da sociedade.

A crise fiscal fez com que o Estado reduzisse suas ações sociais, causando a falência deste. O mesmo autor interroga sobre o que acontecerá quando esta crise fiscal do Estado atingir a capacidade deste em estabelecer parcerias com a sociedade civil. Ou seja, atingir sua capacidade de financiamento do terceiro setor. Pois, segundo este mesmo autor, muitas organizações dependem da cooperação do Estado e sem esta cooperação essas organizações desaparecerão. E Montaño (2003) responde: os trabalhadores verão seus direitos destruídos, as políticas públicas se precarizarem e até desaparecerem. Atuação que já pode ser constatada nos dias atuais. Ainda segundo este autor, o objetivo da parceria é claramente ideológico: visa mostrar não um desmonte da responsabilidade estatal nas respostas às expressões da questão social, ou esvaziamento do direito a serviços sociais de qualidade e universais, mas fazer parecer como um processo apenas de transferência de atividades, de uma esfera supostamente ineficiente (Estado), para outra mais eficiente, especializada (o terceiro setor). Como diz Montaño (1999), as ações do terceiro setor têm sido vistas como um processo de passagem da lógica do Estado para a lógica da sociedade civil. Assim, a justificativa da diminuição na intervenção estatal é que esta teria sido compensada pelo crescimento da intervenção da sociedade civil. Informa também, que o terceiro setor não poderia compensar em quantidade e variedade, as políticas sociais abandonadas pelo Estado. Pois as políticas sociais, promovidas pelo terceiro setor tendem a multifragmentação do trato da questão social, elas são fragmentadas dada a pequena área de abrangência das organizações deste setor.

Considera-se o terceiro setor polêmico por ser visto sob dois aspectos. Por um lado, este setor é de suma importância no tratamento das expressões da questão social, proporcionando o bem estar de muitos seguimentos da população ou pode-se dizer, aliviando a pobreza. Por outro lado, o terceiro setor deveria complementar o serviço prestado pelo Estado e não substituí-lo, como vêm ocorrendo na prestação dos serviços.

O Estado através da União, Estados e Municípios, dispõe de recursos (obtidos pela cobrança de impostos) para efetivar os direitos contidos na Constituição Federal de 1988, que visa proporcionar o bem estar dos brasileiros.

Como foi visto, alguns autores consideram o terceiro setor como uma refilantropização, ou seja, uma volta ao passado de caridade, ajuda mútua, isso podemos considerar como uma regressão de direitos

Assim pode-se concluir que o terceiro setor é constituído por organizações sem fins lucrativos e não governamentais, que tem como objetivo produzir bens e serviços públicos, pois a partir da Reforma do Estado, este se reduziu nas suas responsabilidades com as expressões da questão social, transferindo-as para o terceiro setor. É neste campo que se insere a Associação Beneficente dos Policiais Militares de Santa Catarina (ABEPOM), sobre a qual trataremos a seguir.

3.2 CONHECENDO A INSTITUIÇÃO ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS MILITARES ESTADUAIS DE SANTA CATARINA (ABEPOM)¹.

A ABEPOM é uma entidade privada, sem fins lucrativos, portanto, uma entidade do terceiro setor. Possui personalidade jurídica de direito privado com autonomia financeira e

¹ Este histórico foi realizado a partir de uma entrevista concedida pelo advogado Ivo Carione (o qual participou do estudo e concedeu a fundação da ABEPOM)

estatuto próprio. O âmbito de atuação é estadual, atendendo aos associados e seus dependentes, visando a promoção e o bem estar social sob a forma de prestação de benefícios e serviços.

A ABEPOM sucedeu o antigo Fundo de Saúde e Promoção Social (FUSAPS), que se constituía em um órgão complementar de apoio às ações desenvolvidas pela então Diretoria de Saúde e Promoção Social da Polícia Militar.

O FUSAPS foi criado 1983, quando houve uma enchente na cidade de Blumenau, atingindo a residência de vários policiais, e na ocasião o poder Público não dispunha de recursos financeiros destinados para esse fim.

Naquela ocasião, o Comandante Geral da Polícia Militar, o Cel PM Sidnei Pacheco instituiu o FUSAPS, através da portaria 112 de 7/12/1983. Ensejando, assim, a obrigatoriedade da adesão de todos os policiais militares, para formação do referido fundo, visando atender aos policiais militares nas suas necessidades sociais. Ocorre que tal fundo não contava com personalidade jurídica e a partir de um determinado momento passou a ser preocupação do então Comando Geral da Polícia Militar.

Assim, em 1993, para realizar a legalização do fundo, a Diretoria de Saúde e Promoção Social (DSPS) determinou ao Setor Jurídico a elaboração de um estudo aprofundado, objetivando a transformação do FUSAPS numa entidade privada de cunho associativo.

Em 23 de Agosto de 1993, cerca de 1.400 (um mil e quatrocentos) policiais militares, atendendo convocação do Comandante Geral, reuniram-se em assembléia geral e aprovaram o primeiro estatuto social da então Associação Beneficente da Polícia Militar. Posteriormente, mediante reforma no estatuto, passou-se a denominar de Associação Beneficente dos Policias Militares e, recentemente, por força da separação dos Bombeiros

Militares, novamente o nome foi modificado para Associação Beneficente dos Militares Estaduais de Santa Catarina.

Segundo o Estatuto Social (art. 11) são órgãos da ABEPOM:

- a) Assembléia Geral;
- b) Conselho de Administração;
- c) Diretoria Executiva e
- d) Conselho Fiscal.
- e) Presidente de Honra.

A Assembléia Geral, presidida pelo presidente de honra, é o órgão supremo da ABEPOM, na qual os associados são representados por um colégio de representantes, constituídos por membros natos e membros eleitos, com direito a voz e voto em todas as deliberações.

São representantes eleitos, um associado de cada Batalhão ou unidades equivalentes, com mandato de 2 anos, podendo ser reconduzido. E são representante natos, os comandantes de Batalhão ou unidades equivalentes desde que sejam associados da ABEPOM, cujo mandato coincidirá sempre com o exercício do cargo de Comandante de Batalhão. Compete à Assembléia Geral:

- eleger os membros da administração, da diretoria executiva e do conselho fiscal;
- deliberar sobre a prestação de contas e o relatório do conselho de administração;
- fixar o valor da mensalidade, entre outras competências prevista no estatuto.

Conselho de Administração

É o órgão deliberativo e executivo que representa os interesses dos associados, compondo-se de onze membros efetivos, dos quais cinco são integrante da diretoria executiva. Os membros do Conselho de Administração terão mandato de dois anos, permitida a recondução por apenas uma vez.

Compete ao Conselho de Administração:

- baixar normas para execução de atividades técnicas e administrativas; e
- definir a competência dos membros da diretoria executiva, entre outras competências estabelecidas no estatuto.

Diretoria Executiva

É constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor Administrativo e um Diretor de Patrimônio. A Diretoria Executiva é responsável pela administração da ABEPOM, além de outras atribuições prevista no estatuto. Cabe salientar que todos estes cargos são ocupados por Policiais Militares, sendo eles oficiais e praças.

Conselho Fiscal:

É constituído por três membros efetivos e três membros suplentes, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de dois anos. Compete ao Conselho Fiscal: fiscalizar os atos da administração financeira da Diretoria Executiva.

Além dos representantes natos e eleitos, contamos com os representantes administrativos.

Para servir de elo de ligação entre a Administração central da ABEPOM e as diversas unidades do interior foi criada a figura do representante administrativo.

Representantes Administrativos

São associados que representam a ABEPOM nos Pelotões, Companhias e Batalhões em todo o estado. Os representantes administrativos têm como atribuições:

- facilitar o acesso dos associados aos benefícios e serviços oferecidos pela ABEPOM;
- auxiliar os associados no preenchimento e envio de documentos ; e
- ser o elo entre a Associação , os associados e seus dependentes.

A ABEPOM está com onze anos de existência, possui quatorze mil e duzentos associados, entre eles policiais militares, bombeiros militares, funcionários civis à disposição da PMSC, pensionistas e os próprios funcionários da ABEPOM.

É importante salientar que a demanda atendida vai além dos quatorze mil e duzentos associados, levando em conta, também, os dependentes: esposa/companheira e dois filhos aproximadamente (menores de 21 anos ou até 24 desde que estudante universitário), pais, sogros são beneficiários da ação da ABEPOM, fazendo jus aos benefícios e serviços constantes de seu plano de benefícios, o que resulta num público alvo de cerca de cinquenta e seis mil e oitocentos indivíduos.

A admissão no quadro associativo é facultativa, como não poderia deixar de ser e sua mensalidade gira em torno de 06% do seu soldo, dependendo da graduação: aluno soldado, soldado, cabo, aluno sargento, 1º sargento, 2º sargento, 3º sargento, sub tenente, aluno oficial, aspirante, 2º tenente, 1º tenente, capitão, major, tenente coronel e coronel.

Com a arrecadação da mensalidade a ABEPOM investe em benefícios e serviços, aos seus associados e dependentes, visando a melhoria da qualidade de vida. Esses benefícios são os seguintes:

Auxílio Saúde: auxílio financeiro na modalidade de Auxílio Financeiro Indenizável (AFI) quando o associado faz a devolução da importância concedida aos

associados para cobertura de despesas realizadas com tratamento de saúde: transporte, hospedagem, alimentação, aquisição de aparelhos corretivos, medicamentos, consulta, exames entre outros.

Auxílio Odontológico: também na mesma condição acima mencionada.

Auxílio Sinistro: visa proporcionar aos associados um auxílio financeiro não indenizável (AFIN) para cobertura de danos materiais decorrentes de ação da natureza - enchente, ventos, chuva de granizo, incêndio, entre outros.

Auxílio Reembolsável pelo Estado: adiantamento do valor correspondente às despesas hospitalares, médicas, medicamentosas, realizada pelos policiais militares acidentados em serviço.

Pecúlio Pós Morte: importância fixada em quatro mil reais, em face do óbito do associado ou de seus dependentes menores ou até 24 anos de idade se estudante universitário.

Assistência Financeira Pessoal: constitui-se no oferecimento de empréstimos a juros abaixo da taxa de mercado e é realizada com recursos próprios da ABEPOM. O retorno deste auxílio é feito em doze meses, descontados em folha de pagamento. Para utilizar este benefício, o associado tem que possuir margem consignável disponível, sendo admitido uma consignação máxima que não ultrapasse a 35% de sua remuneração bruta, em obediência a legislação estadual a respeito da matéria.

A ABEPOM possui o **Hotel de Trânsito:** localizado em Florianópolis e em Chapecó, tem como objetivo atender aos associados e seus dependentes, em especial, aqueles que vêm para a capital para tratamento de saúde ou até mesmo para lazer. O hotel conta com serviços de 24:00h, o hotel da capital totaliza quatorze suítes com diárias subsidiadas, incluindo café da manhã, o de Chapecó conta com 5 suítes.

Além de operar com recursos próprios, a ABEPOM também atua no campo financeiro através de convênios com estabelecimentos bancários, sendo que nesta modalidade o prazo de resgate dos empréstimos pode ser feito em até 36 parcelas mensais.

A ABEPOM ainda proporciona aos seus associados, o acesso a vários tipos de serviço ligados à área de saúde, mediante convênio, tais como: farmácias, clínica de cirurgia plástica, laboratório dentário, clínicas de ortodontia, buco-maxilo-facial, radiologia e Unimed.

E na prestação de serviços em geral como: Sesc, Restaurantes, Seguradora, Empresa de Transporte e clínica para Tratamento de Dependência Química.

É importante salientar que os custos dos serviços são todos subsidiados, com exceção dos procedimentos jurídicos, como por exemplo: pagamentos das custas e emolumentos judiciais que serão ressarcidos pelo usuário. Os valores subsidiados pagos pelos sócios ainda poderão ser parcelados e descontados em folha de pagamento.

A ABEPOM possui um quadro funcional de cento e cinquenta e quatro empregados, atuando nas mais diversas áreas tais como: Serviço Social, Assistência Judiciária, Fonoaudiologia, Psicologia, Psicopedagogia, Naturologia, Odontologia, Contador, Nutricionista, Auxiliares Administrativos, Auxiliares Financeiros, Recepcionistas, Técnicos em Informática e Estagiários tanto do Ensino Superior como Ensino Médio.

Ao longo da trajetória da Associação, questionava-se até que ponto os benefícios e serviços chegavam aos seus associados e dependentes das cidades do interior, pois quando precisavam de serviços especializados teriam que recorrer à capital, uma vez não dispunham dos recursos na cidade de origem.

Com esta preocupação, a Direção, no ano de 2002, passou a descentralizar seus serviços através da criação das Clínicas de Saúde dos Policiais Militares (CLINIPONS). Na tabela a seguir apresenta-se as CLINIPONS existentes e suas respectivas datas de inauguração.

Tabela 1 - Data de inauguração das CLINIPONS.

Data de inauguração dos CLINIPONS	
Cidades	Data de inauguração
Florianópolis	18/05/2002
Blumenau	24/03/2003
Lages	02/12/2002
Tubarão	02/12/2002
Joinville	09/12/2002
Chapecó	18/10/2004
Itajaí	18/11/2004
Jaraguá do Sul	10/03/2005
Criciúma	26/02/2004

Fonte: retirado do setor de contabilidade da ABEPOM (2005).

Estas clínicas possuem atendimentos nas seguintes áreas: Odontologia, Psicologia, Serviço Social, Fonoaudiologia, Assistência Judiciária, aos associados e seus dependentes da região e cidades vizinhas.

É importante salientar que a cidade de Chapecó, por ser um centro de referência no tratamento de quimioterapia e radioterapia, a CLINIPOM dessa cidade possui um hotel de trânsito com cinco suítes.

Em virtude do estado de Santa Catarina contar com Pelotões, Companhias ou Batalhões, a ABEPOM vislumbra a possibilidade de implantação de novas CLINIPONS nas demais regiões do Estado. Portanto, a ABEPOM através dos serviços e benefícios acima mencionados vem promovendo o bem estar dos seus associados e dependentes, tornando-se

uma alternativa de assistência para muitos e também desempenhando uma função que é de responsabilidade do Estado.

Sendo importante exibir que no ano de 2004 a ABEPOM realizou os seguintes atendimentos:

Tabela 2 - Atendimentos realizados no ano de 2004

Especialidade	Número de atendimentos / 2004
Assistência jurídica	1.179
Assistência Psicológica	4.527
Assistência Social	911
Assistência Odontológica	61.204
Assistência Fonoaudióloga	1.490
Assistência Psicopedagógica	413

Fonte: setor de informática da ABEPOM (2005).

No ano de 2004, foram concedidos os seguintes benefícios: 56 auxílios reembolsável pelo Estado, 333 auxílios sinistro, 77 pecúlios pós-morte, foram concedidos 445 auxílios saúde, 5.598 auxílios odontológico, 2.003 assistência financeira pessoal, 109 benefícios para passagem e restaurante.

Dentre os serviços disponibilizados, será apresentado no capítulo seguinte, o Serviço Social, bem como serão apresentados os dados da pesquisa realizada junto aos associados.

4 O SERVIÇO SOCIAL NA ABEPOM E A PERSPECTIVA DOS ASSOCIADOS.

4.1 O SERVIÇO SOCIAL DA ABEPOM

Em 1996, a instituição, por necessidade do trabalho de um profissional na área de Serviço Social, abriu campo de atuação para este profissional, sendo contratada uma Assistente Social, lotada na sede Administrativa, que é responsável pela coordenação do Serviço Social das CLINIPONS de todo o Estado de Santa Catarina. Atualmente, a ABEPOM possui 11 assistentes sociais, 2 lotadas na capital (uma na sede administrativa, outra no Hospital da Polícia Militar (HPM), e as demais nas CLINIPONS no interior do Estado. Dessas, quatro são cedidas pelo Estado.

A atribuição do Serviço Social da ABEPOM está voltada para o atendimento dos associados e seus dependentes nas seguintes questões:

- familiares – processo de separação, guarda, visitas e adoção;
- saúde – consultas, exames, medicação de alto custo e cirurgias; todos os procedimentos legais para reembolso da ABEPOM/ Estado;
- sinistro-todo o procedimento para aquisição do benefício auxílio sinistro;
- óbito, – todo procedimento para liberação do benefício pecúlio pós morte; e
- problemas de ordem funcional – transferências e tratamento de saúde dos PMS e seus dependentes diretos.

Além desses, atendimento com os acidentados em trabalho, acompanhamento (internamento) de dependentes químicos e no processo seletivo para contratação de profissionais. O Serviço Social utiliza os seguintes instrumentos técnico-operativos: atendimento individualizado, encaminhamento tanto para os benefícios da instituição como

para comunidade, também realiza visitas domiciliares e hospitalares, participação em palestras e cursos entre outras.

Compreende-se que o objeto de trabalho do Assistente Social são as múltiplas expressões cotidianas da questão social, tais como os associados as experimentam nas relações de trabalho, nas questões familiares, nas questões relacionadas à saúde etc...

Assim, por sua relação muito próxima com o cotidiano e com a realidade dos associados, o profissional de Serviço Social oportuniza uma intervenção que se baseia não só na prestação de atendimento imediato, mas também numa perspectiva mais ampla em direção à ampliação dos direitos sociais de cidadania.

O assistente social é um profissional que atua para atender às novas demandas emergentes no cotidiano, com capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de contribuir para a preservação de direitos e para a inclusão social.

Durante a permanência no estágio, realizado no período compreendido entre 02/08/04 até os dias atuais, foi possível conhecer e vivenciar as demandas trazidas pelos associados e seus dependentes. Neste sentido realizou-se uma pesquisa para conhecer as necessidades dos associados, e a visão que os mesmos têm da ABEPOM. Cujos resultados serão apresentados no item que segue.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

4.2.1 Procedimentos metodológicos

Para alcançar o objetivo proposto realizou-se uma pesquisa que, segundo Gil (1991, p. 42):

[...] pode-se definir pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos.

Assim, esse estudo teve o procedimento metodológico a seguir relatado:

A pesquisa que realizamos foi de campo, do tipo analítico. Tendo como objetivo: conhecer os benefícios concedidos aos associados; avaliar a importância frente aos policiais militares, ou seja, suas opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc., em relação a ABEPOM. E identificar em que medida a ABEPOM substituiu o papel do Estado.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário, constituído por 19 questões, sendo 13 fechadas e 6 abertas, considerando ser este o instrumento mais adequado à proposta desta pesquisa. Para tabulação foi criado o software Reel Stats Real Easy (SPSS), que fornecia um número ao questionário logo que digitado.

Para realização da pesquisa cabe destacar, que esta era uma demanda da instituição, assim obtive total apoio: na alocação de recursos, na digitação da pesquisa, na confecção dos gráficos e etc...

Como a ABEPOM possui um universo composto de 14.200 (quatorze mil e duzentos) associados, torna-se difícil considerá-la em sua totalidade, por isso trabalhamos com

uma amostra, ou seja, com uma parte dos elementos que compõem o universo, 10%, ou seja, 1.400 associados. Utilizamos a técnica de amostragem aleatória simples.

A desvantagem observada com relação ao questionário e, que segundo Gil (1999, p. 129), “o questionário não oferece a garantia de que a maioria das pessoas devolvam-no devidamente preenchido, o que pode implicar a significativa diminuição da representatividade da amostra”. Uma outra desvantagem encontrada neste instrumento é que muitos questionários não retornaram, dificultando a tabulação da pesquisa, (representando 28% da amostra, ou seja, 402 participantes). Portanto, neste caso trabalhamos com de 8% dos associados, representando um total de 1.120 (um mil e cento e vinte) associados.

A amostra da pesquisa teve como público alvo os policiais militares associados, residentes no Estado de Santa Catarina, escolhido aleatoriamente. Foram enviados 100 questionários para as Assistentes Sociais de cada Clínica de Saúde dos Policiais Militares (CLINIPOM), que ficaram responsáveis pela aplicação da pesquisa. Também foram enviados questionários para os representantes administrativos da ABEPOM das cidades: Porto União, Mafra, Xanxerê, Jaraguá do Sul, Herval D’ Oeste, Araranguá, Rio Negrinho, que aplicaram nas companhias, pelotões e batalhões instalados nas proximidades, e em cidades vizinhas. Na grande Florianópolis alguns questionários foram aplicados pessoalmente como no Centro de Ensino, no Hospital da Polícia Militar (HPM), PRE-Campinas. Outros também foram enviados para os representantes administrativos: 7º BPM - Palhoça, Presídio de Biguaçu, 4ºBPM.

4.2.2 Perfil dos associados

De acordo com o gráfico número 1, pode-se perceber que os PMs ativos representam 80% dos associados pesquisados. Este resultado deu-se por conta da referida pesquisa ter sido

aplicada nos batalhões, companhias, pelotões e destacamentos, onde só existem funcionários na ativa.

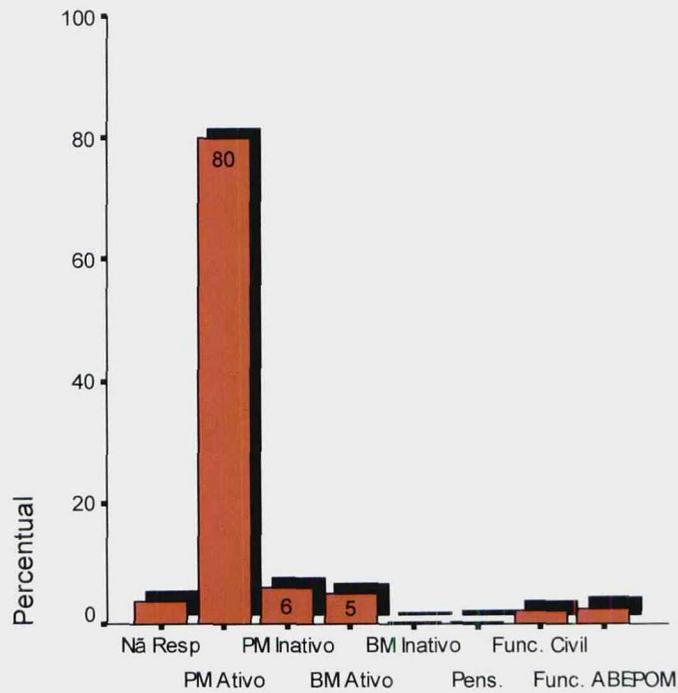


Gráfico 1 - O associado é?

Fonte: pesquisa junto aos associados da ABEPOM no período compreendido entre 15/01/05 á 15/04/05.

No que tange a graduação, percebe-se no gráfico 2, que 85 % dos associados são os praças ou seja: soldados, cabos sargentos e sub tenente, que constituem o maior número, enquanto que 5.2% são oficiais ou seja: aspirante oficial, tenente, capitão, major, tenente coronel e coronel. Essa grande diferença poderá ser explicada, devido ao número total do universo, que é composto por 13.204 praças e somente 1.489 oficiais.

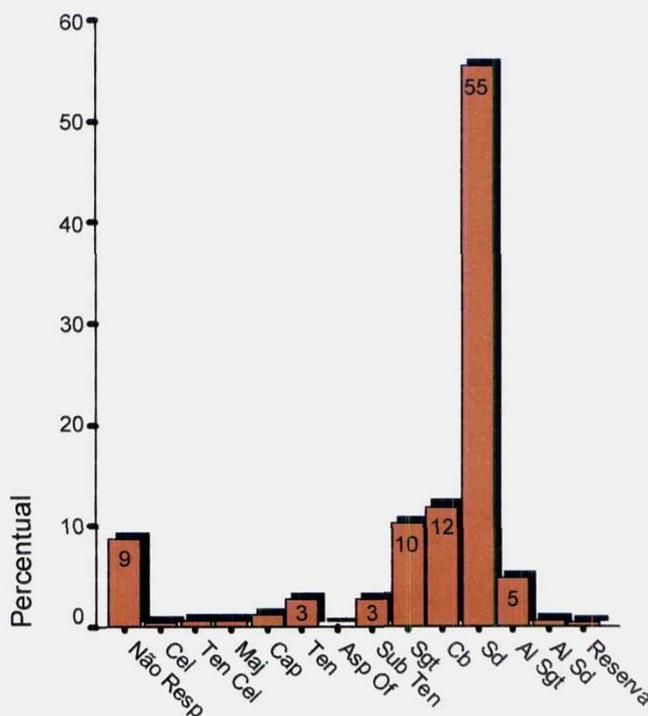


Gráfico 2 - Graduação

Fonte: pesquisa junto aos associados da ABEPOM no período compreendido entre 15/01/05 à 15/04/05.

No gráfico número 3, pode-se observar que 73% dos pesquisados constitui-se por homens, enquanto que as mulheres representam 8% do total. Portanto há uma grande diferença entre o número de homens e mulheres. Esses dados podem ser explicados em razão que o ingresso das mulheres na polícia militar ocorre a partir da década de 80. Em Santa Catarina a primeira turma feminina ingressou na polícia dia 20 de junho de 1983, contando com 5 oficiais e 31 sargentos. Este número também é reduzido por ser destinada as mulheres apenas (3%) das vagas nos concursos para a Polícia Militar de Santa Catarina. Portanto a corporação é um lugar masculinizado, pois a cultura militar é machista, sendo marcado pelo uso da força física, assim o trabalho feminino na corporação fica creditado mais na parte administrativa. Considera-se um grande desafio para mulher na década de 80 ter ingressado na Polícia Militar.

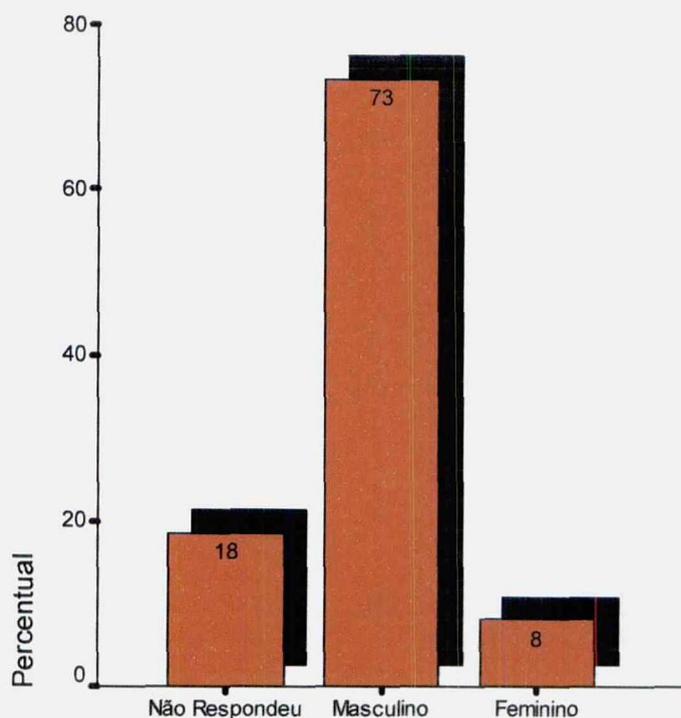


Gráfico 3 - Relação de gênero

Fonte: pesquisa junto aos associados da ABEPOM no período compreendido entre 15/01/05 à 15/04/05.

Quanto à idade, 37,4% dos pesquisados encontram-se na faixa etária de 30 a 40 anos. Os demais, 44,7 %, distribuíam-se nas demais faixas etárias: 22% estão entre 18 a 30 anos e 22% estão entre 41 a 46 anos ou mais, Sendo importante considerar que 18% não responderam esta questão. Dessa forma os dados representam uma população na sua grande parcela de idade média.

Examinando o gráfico número 4, nota-se que os policiais casados correspondem a 58% dos pesquisados, enquanto que os solteiros representam 18%, os demais viúvos, amasiados, separados, divorciados somam 19,5%.

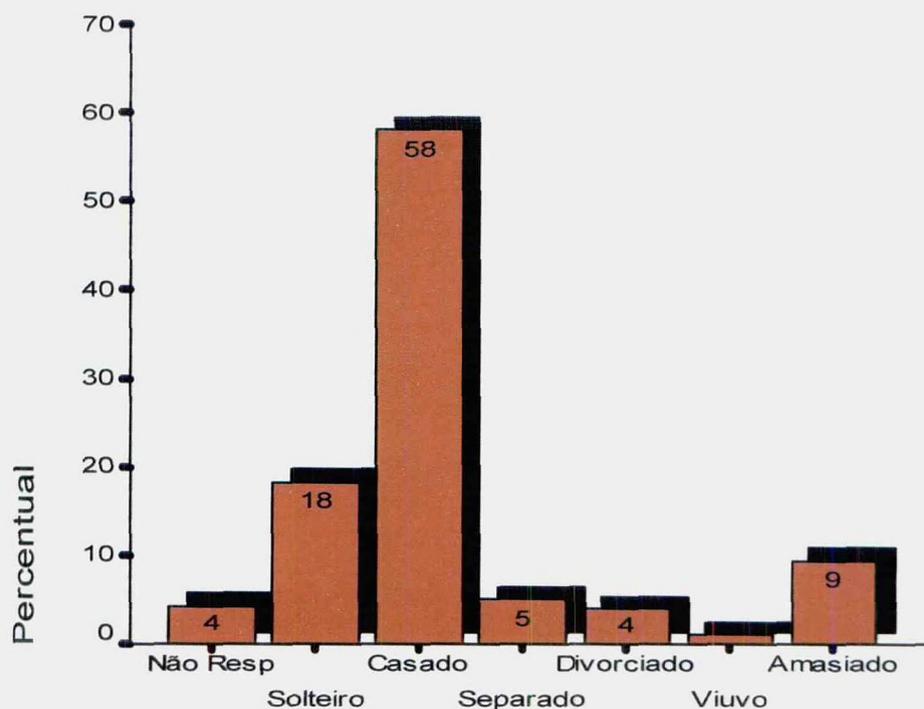


Gráfico 4 – Situação Conjugal

Fonte: pesquisa junto aos associados da ABEPOM no período compreendido entre 15/01/05 à 15/04/05.

Percebe-se na tabela número 3, que 54,90 % dos associados possuem dois a três dependentes. Dentre os 16 % que não responderam a questão, considera-se também, os que não possuem dependentes.

Tabela 3 – Número de dependentes

Nº de dependentes	Freqüência	Percentual
Não responderam	179	16,0
1 Dependente	157	14,0
2 Dependentes	288	25,7
3 Dependentes	327	29,2
4 Dependentes	131	11,7
5 ou mais Dependentes	38	3,4
TOTAL	1120	100,0

Fonte: pesquisa junto aos associados da ABEPOM no período compreendido entre 15/01/05 à 15/04/05

De acordo com o gráfico número 5, a seguir percebe-se que 10% dos associados possuem baixa escolaridade e 50% possuem 2º grau completo. Isto se explica em razão de que a partir dos últimos anos ter 2º grau completo passou a ser requisito para ingressar na polícia. Dos pesquisados, 12% possuem curso superior, pois é requisito para ser oficial. Fazendo uma correlação com o gráfico número 2, somente 8.2% dos pesquisados são oficiais, assim subentende-se que muitos praças possuem curso superior. Ou seja, 15% dos policiais militares de Santa Catarina e por não terem concluído o curso ou este ainda estar em andamento estão procurando se aprimorar.

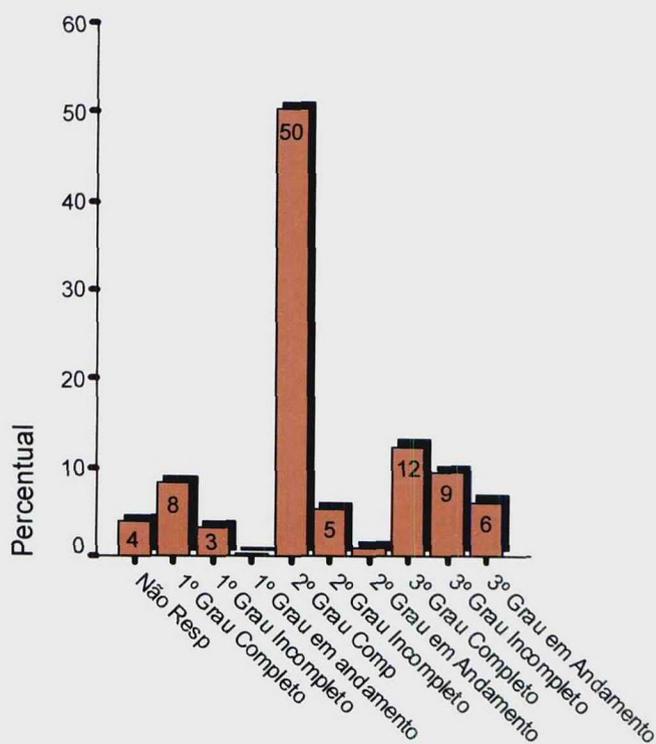


Gráfico 5 - Grau de instrução dos associados

Fonte: pesquisa junto aos associados da ABEPOM no período compreendido entre 15/01/05 à 15/04/05

4.2.3 A perspectiva dos associados perante a ABEPOM

De acordo com o gráfico número 6, apresentada a seguir observa-se que 71% dos pesquisados consideram que os serviços e benefícios oferecidos pela ABEPOM atendem às suas necessidades.

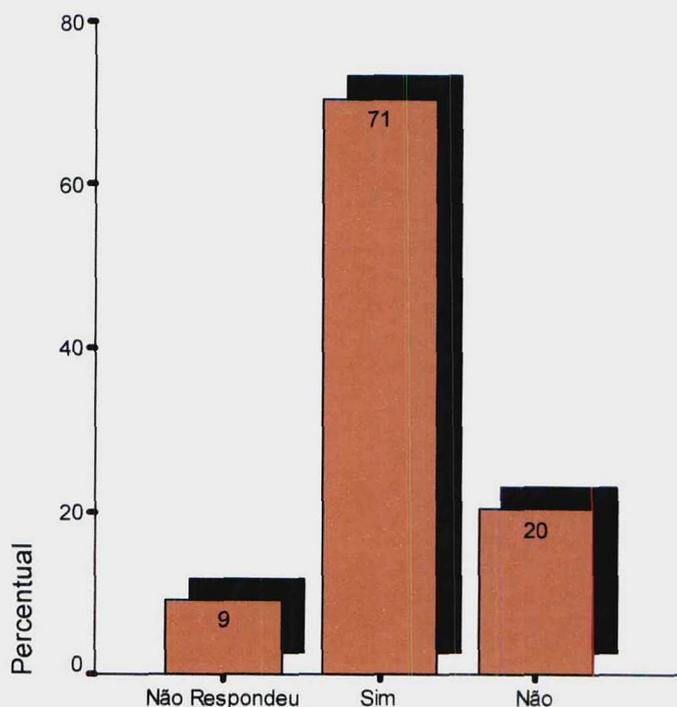


Gráfico 6 - A satisfação dos associados da ABEPOM a respeito dos serviços oferecidos

Fonte: pesquisa junto aos associados da ABEPOM no período compreendido entre 15/01/05 à 15/04/05.

Portanto, é possível considerar que a ABEPOM alcançou os seus objetivos que é proporcionar o bem estar dos seus associados e dependentes. Desde já lembrando que a existência da ABEPOM foi devido a uma lacuna social, deixada pelo Estado, perante o

Policia! Militar de Santa Catarina. Conforme as falas a seguir transcritas, percebe-se a satisfa~ao dos pesquisados em ser s!cio da ABEPOM.

Sempre que precisei fui prontamente atendido. (E.1154)

Felizmente a ABEPOM existe, se n!o existisse enfrentaria fila em departamento p!blico. (E.356)

Tem me ajudado em v!rios pontos, em especial atrav!s da assistente social. (E.399)

Salienta-se, tamb!m, que dos 20 % que responderam negativamente, alguns foram por n!o conhecer os servi~os e benef!cios oferecidos pela ABEPOM, conforme as falas transcritas abaixo:

Porque desconhe~o todos os benef!cios[...]. (E. 29)

Porque o pessoal do interior desconhece os seus direitos. (E. 1024)

E tamb!m pelo fato de alguns conv!nios estarem centrados na capital, como por exemplo: conv!nio com restaurante, conv!nio com farm!cias, conv!nio com cl!nica para cirurgia pl!stica, conv!nio com cl!nica para depend!ncia qu!mica e etc., v!rias localidades do interior ainda n!o disp!em destes servi~os, causando indigna~ao nos associados:

[...] deveria ter todos os servi~os da capital (E. 493)

Nem todos os servi~os est!o dispon!veis em minha regi!o. (E. 953)

No que tange ! import!ncia da ABEPOM para os associados, pode-se perceber, de acordo com a gr!fico n!mero 7, que dos pesquisados, 87% consideram a exist!ncia da ABEPOM importante, como pode ser verificada nas falas seguintes:

Porque busca melhorar a qualidade de vida do s!cio[...]. (E.1109)

J! me tirou do sufoco. (E. 27)

[...] auxilia os policiais e seus dependentes. (E.14)

Porque é onde encontramos ajuda quando precisamos. (E.25)

É a única alternativa para que seus associados tenham acesso a algum tipo de suporte socioeconômico ou de recursos para saúde. (E. 14)

[...] por todos os seus benefícios,dando segurança e a certeza de termos com quem contarmos nos momentos de necessidades. (E.18)

Porque está se tornando o nosso único meio de salvação, financeiramente ou juridicamente.(E.364)

Só pelo fato de ser associado da ABEPOM dá uma segurança, segurança esta que antes não existia. (E.402)

Pelo amparo que nos fornece, desde saúde a financeiro.(E.904)

Serve como estrutura, apoio nas horas de necessidade.(E.922)

Na hora em que o associado precisa a ABEPOM está sempre pronta para atender. (E.525)

É um recurso quase que único para o servidor.(E. 959)

É a instituição que dá assistência ao policial militar com dedicação. (E. 797)

Nos facilita em vários aspectos. (E.1030)

Nas discursivas, observa-se que alguns pesquisados têm consciência de que a existência da ABEPOM é uma des-responsabilização do Estado:

Vêm suprir a deficiência na qual o governo não pode atender devido a lei fiscal. (E.1158)

[...] no auxílio em que o Estado não está presente. (E.1121)

Pois é uma forma dos associados obterem atendimento e suporte psicossocial e econômico, suprimindo uma deficiência deixada pelo Estado. (E.05)

A ABEPOM é uma instituição voltada ao assistencialismo e está presente no dia a dia do policial militar, principalmente nos momentos em que o ente Estatal está ausente. (E.16)

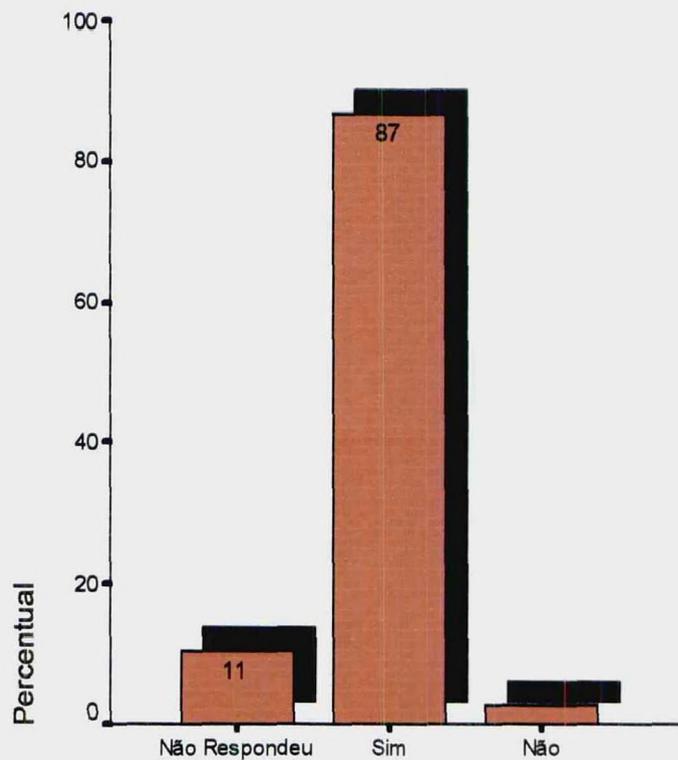


Gráfico 7 - A importância da ABEPOM para os policiais militares

Fonte: pesquisa junto aos associados da ABEPOM no período compreendido entre 15/01/05 à 15/04/05.

Portanto, pode-se concluir, corroborando na própria fala dos associados, de que a ABEPOM é uma alternativa de assistência para muitos Policiais Militares de Santa Catarina. Isto pode ser explicado pelo fato da profissão ser considerada uma profissão estressante. De acordo com o trabalho de conclusão de curso de Pereira (2004), durante toda sua carreira, o policial militar convive com diversos fatores desencadeadores de estresse, como: irregularidade de horários na alimentação e sono, traumas após participar de tiroteios, falta de condições adequadas para o trabalho (armamento, alimentação, alojamento); vivência de perigo constante consigo e sua família; salário incompatível com a profissão; falta de reconhecimento e valorização profissional interna e externa. É importante ressaltar também a hierarquia, pois a Polícia Militar é uma instituição baseada na hierarquia e disciplina (existem

casos de praças que chegam a se suicidar na frente de seu superior). Na polícia, existe um número significativo de suicídios, por ser uma profissão estressante e muito exigida pela sociedade. O estresse da profissão está relacionado com o abuso de álcool e drogas, meio utilizado para o alívio do estresse. Assim, esta profissão necessita de apoio, apoio psicológico; jurídico, (pois muitos policiais são processados no exercício da sua profissão); apoio financeiro, apoio de um profissional de serviço social e entre outros, visando proporcionar o seu bem estar. Apoio este que não é concedido pelo Estado, pois este possui poucos profissionais para atender uma demanda de 17.000 homens. Como já visto no primeiro capítulo desse estudo, isto está relacionado com a Reforma do Estado, onde há uma redução no seu gasto com as políticas públicas.

Assim, a ABEPOM vem crescendo, contratando profissionais para atender seus associados. Atende estes e seus dependentes, conforme já mencionamos anteriormente, nos casos de saúde, óbito, sinistro, assistência financeira e etc., Além de diversos convênios para proporcionar uma melhor qualidade de vida para estes profissionais responsáveis pela segurança pública.

A pesquisa também aponta que a maioria dos associados recorreria a bancos, a plano de saúde privado, ao Sistema Único de Saúde e alguns até a crença religiosa, no caso da inexistência desta instituição. Alguns não souberam responder, segundo a própria fala dos pesquisados, que explicitaram o seguinte:

Os planos de saúde cada vez mais caros, financeiras com juros elevadíssimos, dentre outros, não me imagino sem o auxílio da ABEPOM. (E.15)

Estaria desamparado. (E.1111)

A Deus. (E. 21, E. 340)

Seria mais uma brasileira sem alternativa contando exclusivamente com a ajuda divina (E.14)

Não sei responder, pois não quero nem imaginar ter que pagar particular.(E.777)

A única opção seria através das entidades privadas.(E.52)

Observa-se no gráfico número 8, abaixo, que para 47% dos pesquisados o Estado não lhes dá suporte quando necessitam, apontando a des-responsabilização deste com os policiais militares, o plano de saúde UNISANTA (plano fornecido aos funcionários públicos) é precário, pois existe limitação em procedimentos de auto custo e atualmente muitos profissionais estão se negando a atender por este plano. Além disso, os associados consideraram não possuir assistência judiciária quando processados no exercício de sua profissão etc.

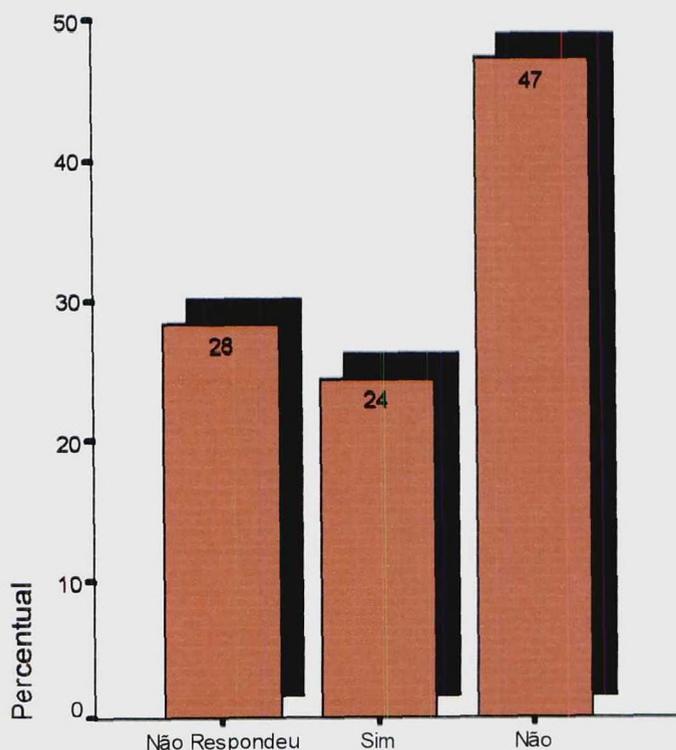


Gráfico 8 – Suporte do Estado

Fonte: Pesquisa junto aos associados da ABEPOM no período compreendido entre 15/01/05 à 15/04/05.

Isto vem corroborar com a fala dos pesquisados quando explicitaram:

[...] até o plano de saúde estão cortando. (E 97)

Só me tira o pouco que ganho. (E14)

vejo o Estado muito distante, o que conta mesmo é a ABEPOM, que assiste quase todas ou todas nossas necessidades.(E 378)

Não garante os requisitos básicos...(E 415)

Devido à carência que vive o servidor público na sua maioria sem ter muito o que recorrer junto ao Estado, a ABEPOM é um órgão de apoio de vital importância ao associado. (E 497)

É importante salientar que 24% dos pesquisados que confirmaram receber suporte do Estado quando necessitam, referiam-se ao fato de possuir plano de saúde e os direitos trabalhistas como: férias, estabilidade, 13º salário etc., o que pode ser compreendido pelo fato das transformações societárias ocorridas nas últimas décadas (como já relatado no primeiro capítulo) que trazem a flexibilização e desregulamentação do trabalho e dos direitos trabalhistas. Portanto, segundo estes entrevistados, é um privilégio estar numa instituição que lhe garanta estabilidade e todos os direitos trabalhistas.

Quanto à descentralização da ABEPOM a pesquisa aponta que 73% dos associados acham um bom investimento. Principalmente nas localidades do interior, relatando que:

Facilita para os Policiais Militares que estão fora da capital..(E 1111)

É a forma pelo qual os associados podem utilizar os serviços oferecidos pela ABEPOM...(E 1109)

Evita o deslocamento até a capital, desta forma menos gastos..(E 1126)

O número de associados que não responderam a questão, ou seja 22%, foi por não entender a “*política de descentralização*” pois nas falas relatam que:

Desconheço. (E 372)

Não sei o que se trata. (E 399)

Apesar do número alto de satisfação dos associados, foram apresentadas sugestões e críticas, as quais serão apresentadas a seguir.

4.2.3.1 Sugestões e Críticas dos Associados

Através de uma questão discursiva procurou-se levantar as sugestões dos associados: 15% dos pesquisados sugeriram divulgação dos serviços, pois muitos associados desconhecem os seus direitos, e também pelo fato de alguns associados solicitarem serviços que já existem. 7 % sugeriram empréstimo para aquisição e reforma da casa própria, por muitos policiais morarem de aluguel ou residirem em área de risco; 8.26% sugeriram o convênio com universidades privadas para que os policiais e seus dependentes possam concluir o ensino superior, convênios com cursos técnicos e profissionalizantes e também bolsas de estudo, ou seja a preocupação de muitos associados com o futuro de seus filhos. 3% solicitaram a realização de mais convênios, principalmente no interior do estado (hotéis, restaurantes, especialistas, farmácias e etc.); 2% solicitaram uma área de lazer para os sócios, também como forma de alívio para o estress. Também sugeriram uma clínica odontológica 24:00 h; subsídio para medicamento de alto custo; a construção de mais hotéis de trânsito no interior do estado; auxílio funeral para pai e mãe. É importante salientar que várias vezes a ABEPOM e seus funcionários foram elogiados.

A ABEPOM também sofreu críticas entre elas: 5% reclamaram de altos juros para empréstimo pessoal, a não existência de convênios no interior, a falta de divulgação dos serviços; 3% haver maior socialização na composição da diretoria da ABEPOM, isto é,

deveria ser composta por qualquer graduação e não somente oficiais. Reclamaram da morosidade para serem atendidos no setor jurídico e da fila na Clinipom de Florianópolis (clínica odontológica). Reclamaram também dos custos elevados dos serviços, sugerindo que fossem subsidiados, pois pagavam já as mensalidades, e também sugeriram que alguns serviços oferecidos pela ABEPOM não fossem cobrados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas transformações societárias ocorridas a partir da década de 90, está inclusa a Reforma do Estado. Esta consiste em uma retração do Estado em suas responsabilidades, principalmente na área social, e também vêm implicando uma transferência de suas responsabilidades para o terceiro setor. Assim, nos últimos anos, vêm crescendo o número de instituições deste setor que executa funções públicas, que antes eram atribuídas ao Estado. Como é o caso da ABEPOM, uma associação caracterizada nessa categoria, que vem prestando serviços e benefícios, conforme já mencionados, junto aos policiais militares e seus dependentes, tornando-se uma alternativa de assistência para muitos policiais militares, segundo constatado pela pesquisa realizada pelo serviço social. Pois os pesquisados consideram a ABEPOM como um apoio, uma segurança, um amparo e como algo que se pode contar nos momentos de necessidade. Portanto, pode-se confirmar que na perspectiva dos associados, a existência da ABEPOM é extremamente importante para melhorar a qualidade de vida dos associados. Mas pode-se tecer duas considerações em relação aos terceiro setor e conseqüentemente a instituição ABEPOM. A primeira é que a mesma constitui-se como de suma importância no trato das múltiplas expressões da questão social, já que o Estado é ausente nestas ações. A segunda é que este setor reforça o projeto neoliberal, pois promove a política de minimização do Estado, ao absorver suas responsabilidades, conforme constatou-se nas próprias falas dos associados entrevistados.

Este estudo seguiu uma concepção crítica a respeito do terceiro setor, embora confirme que é de suma importância a existência da ABEPOM para o bem estar dos associados e dependentes. Não se considera uma contradição, pois a crítica não é feita pela ação das instituições que compõem o terceiro setor, e sim pela des-responsabilização do

Estado. Pois o terceiro setor deve complementar o serviço prestado pelo Estado e não assumir tais responsabilidades como vem ocorrendo. É competência deste contemplar os direitos sociais da população.

Durante a permanência no estágio, foi possível confirmar que se não existisse a ABEPOM muitos policiais passariam por situações de vulnerabilidade. Assim indaga-se, que a responsabilidade não pode ser transferida para o terceiro setor, pois os militares que não são sócios da ABEPOM, também possuem o direito (tanto pela Constituição Federal de 1988, como pelo Estatuto do Servidor Público) a uma boa qualidade de vida. Assim, o terceiro setor não contempla em quantidade todos os segmentos da sociedade, isto apenas é possível no âmbito do Estado.

De acordo com a pesquisa e com a experiência do estágio considera-se importante para a diretoria da ABEPOM, a construção de uma política de amparo para os casos mais graves como: medicação e cirurgia de alto custo entre outras; o desenvolvimento de trabalhos com uma equipe multidisciplinar no acompanhamento domiciliar a pacientes com invalidez temporária ou permanente. Sugere-se, também, a realização de uma efetiva divulgação dos serviços, em face da constatação, na pesquisa, que muitos associados desconhecem os benefícios oferecidos. Sendo importante a formação de uma equipe para divulgação, como também a capacitação dos representantes administrativos, pois estes são o elo entre a ABEPOM e os associados.

Enfim, acredita-se que esta pesquisa pode contribuir para o aprimoramento do importante trabalho desenvolvido pelos funcionários da ABEPOM junto aos seus associados.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio Henrique. **Política social e combate a pobreza: a teoria da prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- ANTUNES, Ricardo. Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, ano XVII, abr. 1996.
- AZEVEDO, Sérgio de; ANDRAD, Luiz Aureliano G. de. A reforma do estado e questão federalista: reflexões sobre a proposta Bresser Pereira. In: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio (Org.). **A reforma do estado e democracia no Brasil**. Brasília: UnB, 1997.
- BATISTA, Alfredo. Reforma do estado: uma prática histórica de controle social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 61, nov. 1999.
- BOROM, A. A sociedade civil após o dilúvio neoliberal. In: **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BRASIL. Câmara da Reforma do Estado. **Plano diretor de reforma do aparelho do estado**. Brasília: MARE, 1996.
- FALEIROS, Vicente de Paula. Desafios do serviço social na era da globalização. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 61, nov. 1999.
- FIGUEIRÓ, Ana Lúcia. Redefinição política ou despolitização? as concepções de terceiro setor no Brasil. **Revista Katalysis**, Florianópolis, v. 5, n. 1, jul./dez. 2001.
- FRANCO, Augusto. Oscip: o primeiro passo de uma reforma social do marco legal do terceiro setor. In: SEMINÁRIO DE BALANÇO DA REFORMA DO ESTADO NO BRASIL: A NOVA GESTÃO PÚBLICA, 2002, Brasília. **Anais...** Brasília: MP/SEGES, 2002. p. 61-66.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GONH, Maria da Glória. O novo associativismo e o terceiro setor. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 58, ano XIX, nov. 1998.

IAMAMOTTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, Brasília, ano II, 2004.

IAMAMOTTO, Marilda Villela. **O Serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

KAMEYAMA, Nobuco. Filantropia empresarial e entidades da sociedade civil. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**: modulo 1. Brasília: CEAD/CFESS/ABEPSS, 1999.

KAMEYAMA, Nobuco. A nova configuração das políticas sociais. **Praia Vermelha**: estudos de política e teoria social, Rio de Janeiro, v. 1, jan./jun. 1997.

MELLO, André Marcus. **A reforma do estado e mudança institucional no Brasil**. Recife: Massangana, 1999.

MENEGASSO, Ester Maria. Organizações e serviço social. **Revista Katalysis**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 107-114, jan./jun. 2002.

MONTAÑO, Carlos. Das lógicas do estado às lógicas da sociedade civil: estado e terceiro setor em questão. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 59, ano XX, mar. 1999.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de internação social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MOTA, Ana Elisabete; AMARAL, Angela. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e serviço social. In: MOTA, Ana Elisabete (Org.). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 23-44.

PANCERI, Regina. **Terceiro setor**: a identificação das competências essenciais dos gestores de uma organização sem fins lucrativos. 2001. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós de Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

PAULO NETTO, José. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, ano XVII, abr. 1996.

PEREIRA, Juliana Clotilde. **A atividade do policial militar como um fator desencadeante de problemas de saúde mental**: um diagnóstico do serviço social do Hospital da Polícia Militar de Santa Catarina. 2004. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SALM, João Batista. **A eficiência e a eficácia organizacional e a legislação do terceiro setor**. 2002. 61 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SIMIONATO, Ivete. Estado e sociedade civil em tempos de globalização: reinvenção da política ou despolíticação. **Revista Katalysis**, Florianópolis, v. 7, n. 1, jan./jun. 2004.

SPOSATI, Aldaiza. Globalização da economia e processos de exclusão social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**: modulo 1. Brasília: CEAD/CFESS/ABEPSS, 1999.

VIEIRA, Liszt. Os (Dês) caminhos da globalização. In: _____. **Cidadania e Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão: expressões da questão social no Brasil. In: **Revista Temporalis**, Brasília, ano II, 2004.

ANEXOS

ANEXO A- Questionário da Pesquisa



Pesquisa de Satisfação dos Associados da ABEPOM
QUALIDADE DOS NOSSOS SERVIÇOS

1 - O associado é:

M Ativo () PM Inativo () BM Ativo () BM Inativo () Pensionista () Func. Civil do Estado () Func. ABEPOM ()

2 - Posto/Graduação:

Cel () Ten Cel () Major () Cap () Ten () Asp. Of. () Sub Ten () Sgt () Cb () Sd () Al Sgt () Al Sd () Reserva ()

3 - Grau de instrução:

1º grau	2º grau	3º grau	
Completo ()	Completo ()	Pública ()	Completo ()
Incompleto ()	Incompleto ()	Privada ()	Incompleto ()
Andamento ()	Andamento ()		Andamento ()

3 - Sexo:

Masculino () Feminino ()

4 - Idade:

18 - 25 () 26 - 30 () 30 - 35 ()
35 - 40 () 41 - 45 () 46 ou mais ()

5 - Número de dependentes (esposa e filhos)

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ou mais ()

7 - Os seus dependentes diretos(filhos e esposa) cursam ensino superior?

Sim () Não () - Quantos?

Universidade Pública ()
Universidade Privada ()

6 - Tempo de serviço:

1-5 () 6-10 () 11- 15 ()
16 -20 () 20 - 25 ()
26 - 30 () 30 ou mais ()

9 - Município onde trab./Lotação:

10 -Estado Civil:

Solteiro () Casado () Separado ()
Divorciado () Viúvo () Amasiado ()

8 - Você tem conhecimento de todos os benefícios e serviços oferecidos pela Abepom:

Sim () Não ()

9 - Assinale com X os serviços da ABEPOM que você utiliza.

Assistência judiciária ()	Serviço Social ()	Naturopatia ()
Empréstimo pessoal ()	Psicologia ()	Hotel de Trânsito ()
Empréstimo saúde ()	Fonoaudiologia ()	Passagens ()
Convênio com farmácias ()	Caiçara restaurante ()	Pecúlio pós Morte ()
Auxílio sinistro ()	Psicopedagogia ()	Laboratório Dentário ()
Convênio com Unimed ()	Convênio com Clínica de Cirurgia Plástica ()	Odontologia Clinipom ()
Sesc ()	Auxílio Reembolsável pelo Estado ()	Odontologia Conv. ()
	Clínica p/ Tratamento Dependência Química ()	

10 - Os benefícios e serviços oferecidos pela ABEPOM atendem as suas necessidades?

Sim () Não () Em caso negativo, Porque?

11 - Na sua opinião a ABEPOM deveria oferecer outros tipos de auxílios? Quais?



Pesquisa de Satisfação dos Associados da ABEPOM
QUALIDADE DOS NOSSOS SERVIÇOS

- Na sua opinião a existência da ABEPOM é importante?

Sim () Não () - Porque?

Se a ABEPOM não existisse, a quem você recorreria?

O Estado lhe garante algum benefício quando você necessita?

Sim () Não () - Quais?

No seu entendimento a política de descentralização da ABEPOM, através
de clínicos vem sendo um bom investimento?

Sim () Não () - Porque?

Apresente algumas sugestões ou críticas sobre a ABEPOM.

ANEXO B- Regulamento do Plano de Serviços e Benefícios da
ABEPOM



ABEPOM

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS MILITARES ESTADUAIS DE SANTA CATARINA

REGULAMENTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS

TÍTULO I

DA FINALIDADE E DEFINIÇÕES GERAIS DOS BENEFÍCIOS E SERVIÇOS

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º. Este regulamento tem por finalidade estabelecer os benefícios e serviços oferecidos pela ABEPOM, bem como os critérios e procedimentos para sua concessão.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES GERAIS

Art. 2º. Beneficiários – Associados e seus dependentes, devidamente inscritos na ABEPOM.

Art. 3º. Benefício – Auxílio financeiro prestado ao associado nos termos deste regulamento.

Art. 4º. Serviço – Atendimento prestado aos beneficiários por profissionais contratados pela ABEPOM.

Art. 5º. Os benefícios serão concedidos nas seguintes modalidades.

I – Auxílio Financeiro Indenizável (AFI) – Quando o beneficiário faz a reposição do numerário recebido.

II – Auxílio Financeiro Não Indenizável (AFNI) – Quando o beneficiário não faz a reposição do numerário recebido.

III – Auxílio Financeiro Misto (AFM) - quando o beneficiário repõe parte do numerário recebido.

TÍTULO II DOS BENEFÍCIOS E SERVIÇOS

CAPÍTULO I DOS BENEFÍCIOS

Art. 6º. Os benefícios prestados pela ABEPOM são:

- I – Auxílio Saúde;
- II – Auxílio Odontológico;
- III – Auxílio Sinistro;
- IV – Assistência Judiciária;
- V – Assistência Financeira Pessoal;
- VI – Auxílio Reembolsável pelo Estado;
- VII – Pecúlio pós-morte.

Art. 7º. Poderão ser atendidos pela ABEPOM os projetos desenvolvidos por comandos, diretorias ou chefias que visem atender a coletividade militar estadual e possuam cunho social, de acordo com sua disponibilidade financeira, desde que o investimento realizado seja integralmente reposto no período de dois anos, devidamente corrigido.

SEÇÃO I DO AUXÍLIO SAÚDE

Art. 8º. O Auxílio Saúde realizar-se-á através de auxílios financeiros na modalidade AFI, concedidos aos beneficiários para cobrir despesas realizadas, ou a se realizarem, para manutenção de suas condições de saúde.

§ 1º - Quando os custos com o tratamento, devidamente comprovados através da apresentação de notas fiscais, não forem cobertos pelo Plano de Saúde do beneficiário e ultrapassarem o valor equivalente a 350 (trezentas e cinquenta) mensalidades do Soldado de primeira classe, no período de doze meses, o auxílio de que trata este artigo poderá ser concedido, no todo ou em parte, na modalidade AFNI, a critério do Conselho de Administração da ABEPOM, até o limite máximo de 350 (trezentas e cinquenta) mensalidades.

§ 2º - O disposto no parágrafo anterior se aplica também aos beneficiários que não possuem planos de saúde, caso em que este auxílio na modalidade AFNI será calculado como se fossem usuários do plano de saúde oferecido pelo Estado.

Art. 9º. Estão incluídas neste benefício às despesas com transporte, hospedagem e alimentação dos beneficiários, bem como a aquisição de aparelhos corretivos, de medicamentos, pagamento de consultas, tratamentos, exames complementares, entre outros.

SEÇÃO II DO AUXÍLIO ODONTOLÓGICO

Art. 10. O Auxílio Odontológico na modalidade AFI destina-se a cobrir despesas realizadas pelo beneficiário com consulta e/ou tratamento odontológico, bem como com a aquisição de próteses e aparelhos ortodônticos.

SEÇÃO III DO AUXÍLIO SINISTRO

Art. 11. O Auxílio Sinistro visa proporcionar um auxílio financeiro, na modalidade mista (AFM), para cobertura de prejuízos materiais decorrentes de sinistro, devidamente comprovado, em imóvel de propriedade do associado, onde esteja residindo.

§ 1º - O AFNI será concedido até o limite de 120 (cento e vinte) mensalidades, de acordo com a extensão do sinistro.

§ 2º - Em caso de sinistro cujo valor dos prejuízos supere o montante equivalente a 400 (quatrocentas) mensalidades do Soldado de primeira classe, o limite previsto no parágrafo anterior poderá ser ampliado até 300 (trezentas) mensalidades.

Art. 12. O auxílio sinistro não cobrirá prejuízos havidos em veículos e bens considerados não essenciais ou supérfluos.

Art. 13. Nos casos em que houver tentativa de fraude, devidamente comprovada, o associado perderá o direito ao benefício previsto nesta seção, independente de outras medidas legais decorrentes.

Art. 14. Em situação de emergência ou calamidade pública e sendo considerável o número de associados atingidos, a Diretoria Executiva poderá remeter o montante do auxílio financeiro não indenizável ao representante nato, eleito ou administrativo para que este, diretamente, empregue os recursos na aquisição de materiais ou bens.

Parágrafo Único – Neste caso, após o emprego dos recursos recebidos, o representante nato, eleito ou administrativo deverá prestar contas junto a ABEPOM.

SEÇÃO IV DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Art. 15. A assistência judiciária visa proporcionar ao associado cobertura de despesas com honorários advocatícios, diligências, perícias, custas judiciais e emolumentos.

Art. 16. O benefício de que trata esta seção será prestado através de AFI.

Art. 17. Este benefício não será concedido quando se tratar de causa contra a ABEPOM ou contra outro associado.

SEÇÃO V DA ASSISTÊNCIA FINANCEIRA PESSOAL

Art. 18. A Assistência Financeira Pessoal, na modalidade AFI, destina-se a auxiliar financeiramente o associado, independente de sua destinação.

SEÇÃO VI DO AUXÍLIO REEMBOLSÁVEL PELO ESTADO

Art. 19. O Auxílio Reembolsável pelo Estado constituir-se-á no adiantamento do valor correspondente as despesas médicas e hospitalares decorrentes de acidentes em serviço, a serem indenizadas pelo Estado.

Art. 20. A Gerência do Serviço Social da ABEPOM será responsável pelo contato com a Diretoria de Saúde e Promoção Social da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar acerca dos procedimentos para concessão deste benefício.

Art. 21. O associado restituirá o valor recebido a título deste benefício, imediatamente após ter-lhe sido creditado pelo Estado tal importância.

Parágrafo Único – Caso o associado não efetue o repasse referido no caput deste artigo, ser-lhe-á imposta multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor devido e o benefício convertido em Assistência Financeira Pessoal.

Art. 22. Na hipótese do Estado indeferir, no todo ou em parte, o reembolso destas despesas, o valor já adiantado pela ABEPOM será considerado Auxílio Saúde.

SEÇÃO VII DO PECÚLIO PÓS-MORTE

Art. 23. O Pecúlio Pós-Morte constituir-se-á em uma importância fixa, definida pela Diretoria Executiva, a ser paga de uma só vez, em face do óbito do associado ou de seus dependentes previstos no caput do artigo 8º do Estatuto Social da ABEPOM.

Art. 24. No caso de morte do associado, o benefício será pago à viúva ou ao viúvo, se casados forem, ou a companheira ou companheiro, devidamente inscrito, no caso de união estável, ou na falta de um ou de outro, aos seus herdeiros legais, mediante o preenchimento de formulário específico acompanhado da respectiva certidão de óbito.

Parágrafo Único – O benefício previsto nesta seção poderá ser pago ao executor do funeral, independente de grau de parentesco, desde que apresentadas às respectivas notas fiscais das despesas realizadas, devendo o saldo, se houver, ser pago aos seus herdeiros legais.

Art. 25. No caso de morte de dependente, o benefício será pago diretamente ao associado, mediante o preenchimento de formulário específico acompanhado da respectiva certidão de óbito.

Art. 26. A concessão do Pecúlio Pós-Morte, prescreverá em 02 (dois) anos a contar da data do óbito.

SEÇÃO VIII

DOS PROCEDIMENTOS PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

Art. 27. O resgate dos auxílios indenizáveis será realizado em até 24 (vinte e quatro) parcelas, ou a critério da diretoria, mediante descontos mensais em folha de pagamento, débito em conta corrente ou quitação diretamente na tesouraria, a partir do mês subsequente da concessão do benefício.

Parágrafo Único – Excetua-se do previsto no caput, o resgate da Assistência Financeira Pessoal que será realizado em 12 (doze) parcelas.

Art. 28. Os auxílios financeiros indenizáveis serão acrescidos de juros remuneratórios fixados pela Diretoria Executiva.

Parágrafo Único – A Assistência Financeira Pessoal terá juro remuneratório diferenciado dos demais auxílios financeiros.

Art. 29. No cálculo do pagamento dos auxílios indenizáveis, deverá ser observada a margem consignável do associado, em conformidade com a legislação estadual correlata.

Art. 30. Na concessão de auxílio financeiro indenizável ou misto, poderá ser exigida, a critério da Diretoria Executiva, a apresentação de um co-responsável cabendo ao mesmo saldar a dívida do requerente em caso de não pagamento.

Parágrafo Único – A apresentação de um co-responsável é obrigatória para os associados que ainda não tenham completado 05 (cinco) anos de efetivo serviço.

Art. 31. Todo o auxílio financeiro deverá ser concedido através de cheque nominal ou depósito bancário em favor da entidade, firma ou profissional credores do serviço prestado, ou do material fornecido ao beneficiário, ou do próprio requerente, quando for o caso.

Art. 32. A ABEPOM reserva-se o direito de obter tratamento, consulta, compra de equipamento e outros, em melhores condições de preço e pagamento, salvo nas situações em que houver especificação de ordem médica ou técnica.

CAPITULO II DOS SERVIÇOS

Art. 33. Os serviços prestados pela ABEPOM são:

I – Assistência Judiciária;

II – Fonoaudiologia;

III – Naturologia;

IV – Odontologia;

V – Psicologia;

VI – Psicopedagogia;

VII – Serviço Social.

Art. 34. A prestação dos serviços elencados no artigo anterior fica condicionada as condições técnicas, administrativas e financeiras da ABEPOM, sendo suas rotinas reguladas pela Diretoria Executiva.

Art. 35. Os beneficiários estarão sujeitos ao pagamento de taxas, fixadas pela Diretoria Executiva, quando da utilização destes serviços.

TITULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art 36. A concessão de benefícios e a prestação de serviços poderão ser suspensas para os associados que estiverem inadimplentes com suas obrigações perante a associação.

Art. 37. Os associados que se desligarem voluntariamente da ABEPOM, poderão, retornar ao quadro social na categoria de associado contribuinte, nos termos do Art 6º do Estatuto Social da ABEPOM, mediante o cumprimento das seguintes condições:

I – Pagamento de Jóia equivalente a 15 (quinze) mensalidades, que poderá ser parcelado em até 06 (seis) prestações mensais, e;

II – Prazo de carência de 30 (trinta) dias ou desconto da primeira mensalidade.

Parágrafo Único – As condições estabelecidas neste artigo serão aplicadas em dobro no caso de segundo ou subseqüentes retornos.

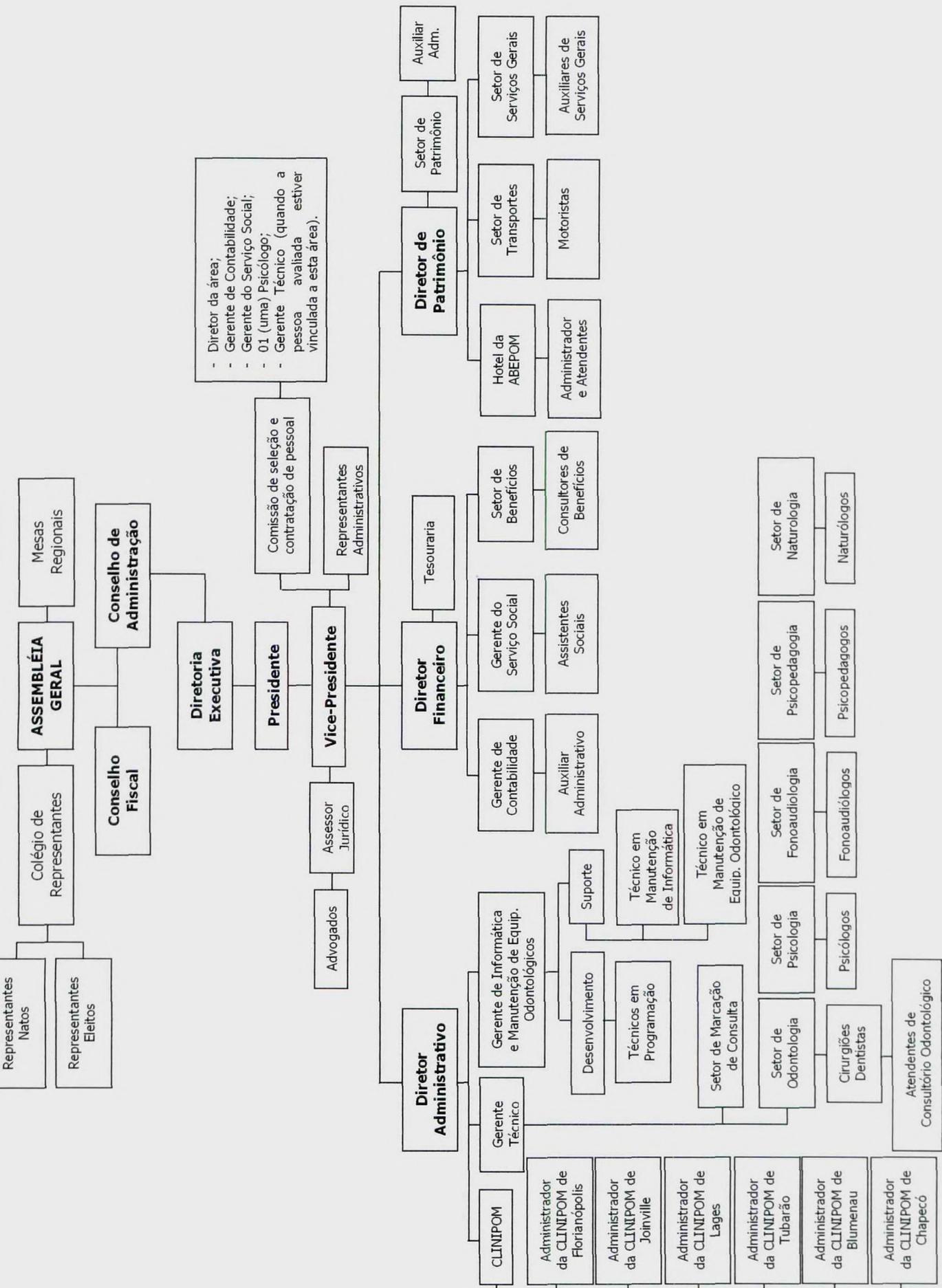
Art. 38. Este regulamento entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gaspar, em 31 de março de 2004

Cel PM Anílson Nelson da Silva
Presidente de Honra

Cel PM Antônio Moacir Pereira
Presidente da Diretoria Executiva

ANEXO C- Organograma da ABEPOM



- Diretor da área;
 - Gerente de Contabilidade;
 - Gerente do Serviço Social;
 - 01 (uma) Psicólogo;
 - Gerente Técnico (quando a pessoa avaliada estiver vinculada a esta área).

ANEXO D- Mapa ilustrativo das Clinipons

